



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

# **CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

## **RELATÓRIO CONCLUSIVO CORREIÇÃO GERAL**

**Ministério Público Federal**

**Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

**Pernambuco**

**Agosto de 2018**



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## Sumário

<b>1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	4
<b>2. ESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL</b> .....	7
2.1. Estrutura Física .....	7
2.2. Estrutura de Pessoal .....	7
2.3. Procuradores cedidos para outras Unidades .....	8
2.4. Quantitativo de membros e servidores .....	8
2.5. Distribuição de servidores: área-meio e fim .....	9
<b>3. UNIDADES CORREICIONADAS E MANIFESTAÇÕES DA UNIDADE</b> .....	9
3.1. Constatações Gerais .....	9
3.2. Termos de Correição, Constatações Específicas e Manifestação de Unidade .....	11
3.2.1. Chefia da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	11
3.2.2. 1º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	17
3.2.3. 2º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	24
3.2.4. 3º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	31
3.2.5. 4º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	37
3.2.6. 5º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	44
3.2.7. 6º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	49
3.2.8. 7º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	55
3.2.9. 8º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	62
3.2.10. 9º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	68
3.2.11. 10º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	74
3.2.12. 11º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	80
3.2.13. 12º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	87
3.2.14. 13º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	94
3.2.15. 14º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	100
3.2.16. 15º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	106
3.2.17. 16º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	112
3.2.18. 17º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	118
3.2.19. 18º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	125
3.2.20. 19º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	131
3.2.21. 20º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	137



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.2.22.	21º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	144
3.2.23.	22º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região .....	150
<b>4.</b>	<b>PROPOSIÇÕES PROVISÓRIAS</b> .....	<b>157</b>
<b>5.</b>	<b>OUTRAS MANIFESTAÇÕES DA UNIDADE</b> .....	<b>158</b>
5.1.	Manifestação da Procuradoria-Geral da República .....	158
5.2.	Manifestação da Procurador-Chefe Regional da PRR - 5ª Região .....	161
<b>6.</b>	<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES DO VOTO-VISTA DO CONSELHEIRO SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR</b> .....	<b>161</b>
<b>7.</b>	<b>PROPOSIÇÕES PARA O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b> .....	<b>164</b>
7.1.	Corregedoria-Geral da República .....	165
7.2.	Procuradores Regionais da República .....	165
<b>8.</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>165</b>



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Na 24ª Sessão Ordinária de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, ocorrida em 10 de abril do mesmo ano, a Corregedoria Nacional indicou o Ministério Público Federal – Procuradoria Regional da República na 5ª Região para ser objeto de correição ordinária no âmbito do Ministério Público.

Na sequência, a Corregedoria Nacional publicou a Portaria CNMP-CN nº 000110, de 13 de abril de 2018, visando a realização da visita prévia à unidade, com o objetivo de coletar informações e reunir os documentos necessários aos trabalhos a serem realizados por ocasião da Correição, integrando a equipe o Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público Rinaldo Reis Lima, o Chefe de Gabinete Raymundo Napoleão Ximenes Neto, o Coordenador de Correições e Inspeções Cesar Henrique Kluge, o Coordenador de Atividade Disciplinar Rafael Schwes Kurkowski e os membros auxiliares da Corregedoria Nacional, Fabiano Mendes Rocha Pelloso e Clístenes Bezerra de Holanda. Na sequência, a Corregedoria Nacional publicou a Portaria CNMP-CN nº 00189, de 13 de agosto de 2018, no DOU, Seção 02, Ed.157, pg. 49, e no Diário Eletrônico do CNMP, Edição 153, Cod. Processual, pg. 31/35, deflagrando o processo de correição ordinária no Ministério Público Federal no Estado do Pernambuco.

Foram designados os dias 20 a 22 de agosto de 2018, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h30 na Sede do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Rua Imperador Dom Pedro II, 473- Bairro Santo Antônio, Recife - PE, para a realização do atendimento ao público, mediante o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelas unidades do Ministério Público situadas no Estado de Pernambuco.

Os seguintes órgãos e autoridades receberam ofício da Corregedoria Nacional, comunicando a realização da correição, bem como as datas e locais de atendimento ao público: Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, Corregedor Regional da Justiça Federal da Região, Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho, Corregedor-Geral de Justiça, Defensor Público Geral do Estado, Defensor Público-Chefe da União no Estado, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado, Deputados Federais que representam o Estado, Governador do Estado de Pernambuco, Prefeito, Presidentes das Associações dos Membros do Ministério Público, da Magistratura do Estado, da Magistratura da Justiça do Trabalho da Região, dos Defensores Públicos, dos Procuradores dos Estados, da Assembleia Legislativa do Estado, da Câmara de Vereadores, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça do Estado, do Tribunal Regional Federal da Região e do Tribunal Regional do Trabalho da Região, Procuradores-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado, da Procuradoria da União no Estado e da Procuradoria Federal no Estado, Procuradores-Gerais do Município, do Estado e de Justiça dos Estados vizinhos, Reitores da Universidade do Estado e da Universidade Federal no Estado, Senadores da República que representam o Estado, Superintendentes da Polícia Federal no Estado e Regional do Trabalho e Emprego no Estado.

Foi instaurado, no âmbito da Corregedoria Nacional do CNMP, o Procedimento de Correição n. 1.00817/2018-79 (SISTEMA ELO), para autuação e organização dos documentos.

A execução da Correição deu-se conforme seu planejamento e foi realizada no período de 20 a 24 de agosto de 2018, por um total de 39 (trinta e nove) membros e 12 (doze) servidores, além do Corregedor Nacional, que dirigiu os trabalhos. Além disso, estiveram presentes os Conselheiros Erick Venâncio Lima do Nascimento, Fábio Bastos Stica, Leonardo Accioly da Silva, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Lauro Machado Nogueira, Luciano Nunes Maia Freire, Sebastião Vieira Caixeta e Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior.

Para operacionalizar o desenvolvimento da Correição foram constituídas 17 (dezesete) equipes, cada uma com seus alvos e objetivos previamente determinados.

**Equipe de Coordenação.** Composição: Rinaldo Reis Lima - Coordenador Geral da Corregedoria Nacional, Cesar Henrique Kluge – Coordenador de Correições e Inspeções e Fabiano Mendes Rocha Pelloso – Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional.

**Equipe 1.** Composição: Armando Antônio Lotti - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Bertrand de Araújo Asfora – Promotor de Justiça do Ministério do Estado da Paraíba.

Objetivos: Procuradoria-Geral de Justiça; Chefia de Gabinete; Subprocuradoria-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais; Subprocuradoria-Geral de Justiça em Assuntos Jurídicos; Subprocuradoria-Geral de Justiça em Assuntos Administrativos; Assessoria Técnica em Matéria Cível; Assessoria Técnica em Matéria Criminal; Assessoria Técnica



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

em Matéria Administrativa Constitucional; Assessoria Técnica em Matéria Administrativa Disciplinar; Ouvidoria; Conselho Superior; Colégio de Procuradores e Órgão Especial; Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral; Escola Superior do MPPE.

**Equipe 2.** Composição: José Carlos de Oliveira Filho - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe e Adriano Teixeira Kneipp – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Objetivos: Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais.

**Equipe 3.** Composição: Sílvia Nunes Leal - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe e Itâmara Guimarães Rosário Pinheiro - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso.

Objetivos: Promotorias de Justiça Cível, de Defesa da Cidadania e Especializada do Torcedor; Centro de Apoio Operacional do Consumidor; e Núcleo de Justiça Comunitária.

**Equipe 4.** Composição: Clístenes Bezerra de Holanda - Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional e Paulo Roberto Binicheski - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Objetivos: Promotorias de Justiça Cível e de Defesa da Cidadania; Centro de Apoio Operacional Saúde; Centro de Apoio Operacional Educação; Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente; Centro de Apoio Operacional Cidadania.

**Equipe 5.** Composição: Patrícia Antunes Martins - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e Noêmia Damiance Karam – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Objetivos: Promotorias de Justiça Cível e de Defesa da Cidadania; Centro de Apoio Operacional Patrimônio Público; Núcleo de Apoio à Família.

**Equipe 6.** Composição: Rubin Lemos - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Samuel Alvarenga Gonçalves - Coordenador Substituto da Coordenadoria de Inovações e Evolução Humana.

Objetivos: Promotorias de Justiça Criminal; Centro de Apoio Operacional Sonegação Fiscal; Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas; Núcleo de Inteligência do Ministério Público.

**Equipe 7.** Composição: Cirêni Batista Ribeiro – Procuradora do Trabalho e Aliana Cirino Simon Fabrício de Melo - Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional.

Objetivos: Promotorias de Justiça Criminal;

**Equipe 8.** Composição: Cláudia Telho Corrêa Abreu – Procuradora Regional do Trabalho e Carmelina Maria Mendes de Moura – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí.

Objetivos: Ofícios do Ministério Público do Trabalho; Promotorias de Justiça Criminal; Centro de Apoio Operacional Criminal; Núcleo de Apoio à Mulher.

**Equipe 9.** Composição: Arion Rolim Pereira - Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Rafael Schwez Kurkowski - Coordenador de Atividade Disciplinar da Corregedoria Nacional do Ministério Público e Aurélio Virgílio Veiga Rios - Subprocurador-Geral da República.

Objetivos: Ofícios da Procuradoria Regional da República da 5ª Região e Ofícios do Ministério Público Militar.

**Equipe 10.** Composição: Fabiano Mendes Rocha Pelloso - Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional e Cristina Marelím Vianna – Procuradora Regional da República.



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Objetivos: Ofícios do Procuradoria da República no Estado de Pernambuco;

**Equipe 11.** Composição: Francisco de Assis Machado Cardoso – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Marcelo Henrique de Azevedo Sousa - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Objetivos: Promotorias de Justiça de Jaboatão dos Guararapes, de São Lourenço da Mata e de Moreno.

**Equipe 12.** Composição: José Augusto de Souza Peres Filho - Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional e Carlos Roberto Diogo Garcia – Procurador da República.

Objetivos: Promotorias de Justiça de Camaragibe e de Olinda.

**Equipe 13.** Composição: Maurício Pessoa Lima Tavares - Procurador do Trabalho e Marco Aurélio Romagnoli Tavares - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

Objetivos: Promotorias de Justiça de Cabo de Santo Agostinho, de Escada, de Ribeirão, de Palmares, de Água Preta, de Barreiros e de Ipojuca.

**Equipe 14.** Composição: Rodrigo de Oliveira Machado – Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Raymundo Napoleão Ximenes Neto - Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional do Ministério Público.

Objetivos: Promotorias de Justiça de Paulista, de Abreu de Lima, de Igarassu, de Goiana, de Carpina e de Paudalho.

**Equipe 15.** Composição: José Renato Oliva de Mattos - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia e Anderson Pereira de Andrade - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Objetivos: Promotorias de Justiça de Vitória de Santo Antão, de Gravatá, de Bezerros, de Caruaru; Ofícios do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal em Caruaru.

**Equipe 16.** Composição: Alessandro Sampaio Santana - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe e Rômulo Lins Alves - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Objetivos: Promotorias de Justiça de Garanhuns, de Angelim, de Caetés, de Capoeiras, de Venturosa, de Pedra, de Arcoverde, de Águas Belas e de Itaíba.

**Equipe 17.** Composição: Luiz Carlos Rodrigues Ferreira - Procurador do Trabalho e Ericsson dos Santos Cerqueira - Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Objetivos: Promotorias de Justiça de Petrolina, de Lagoa Grande, de Santa Maria da Boa Vista, de Cabrobó, de Salgueiro, de Parnamirim e de Ouricuri; Ofícios do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal em Petrolina.

**Assessoria, Atendimento ao Público e Apoio às equipes.** Composição: Eduardo Futemma Ushikoshi – Coordenadoria de Correições e Inspeções, Zilka Manoela Villarim Gomes de Torres - Coordenadoria de Correições e Inspeções, Yasmim Simões Neri Leal - Coordenadoria de Correições e Inspeções, Maíra Feitosa Serodio Araújo – Assessoria Administrativa da Corregedoria Nacional, Pérola Rodrigues Araújo - Assessoria Jurídica da Corregedoria Nacional, Jaysa Santos de Oliveira – Assessoria de Gabinete da Corregedoria Nacional, Paulo José de Freitas Filho – Ministério Público do Estado de Sergipe e Mauro Luiz Aragão Petti Filho - Assessoria de Comunicação do Conselho Nacional do Ministério Público.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**2. ESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL**

**2.1. Estrutura Física**

O edifício-sede da Procuradoria Regional da República - 5ª Região é localizado na Rua Frei Matias Teves, 65 – Ilha do Leite (11 andares + cobertura).

**2.2. Estrutura de Pessoal**

Distribuição dos membros por cargo e unidade de lotação. A tabela abaixo mostra a distribuição dos membros por cargo e lotação:

Nome	Cargo	Atribuições
Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho	Procurador Regional da República	Lei Complementar nº 75/1993; Portaria PGR/MPF nº 357/2015 (Regimento Interno).
Alex Amorim de Miranda	Procurador Regional da República	idem
Antônio Carlos de Vasconcelos Coelho Barreto Campello	Procurador Regional da República	idem
Auristela Oliveira Reis	Procurador Regional da República	idem
Domingos Sávio Tenório de Amorim	Procurador Regional da República	idem
Duciran Van Marsen Farena	Procurador Regional da República	idem
Eliane de Albuquerque Recena	Procurador Regional da República	idem
Fábio George Cruz da Nóbrega	Procurador Regional da República	idem
Fernando José Araújo Ferreira	Procurador Regional da República	idem
Francisco Chaves dos Anjos Neto	Procurador Regional da República	idem
Francisco Machado Teixeira	Procurador Regional da República	idem
Gino Augusto de Oliveira Liccione	Procurador Regional da República	idem
Isabel Guimarães da Camara Lima	Procurador Regional da República	idem
Joaquim José de Barros Dias	Procurador Regional da República	idem
Marcelo Alves Dias de Souza	Procurador Regional da República	idem
Marcos Antônio da Silva Costa	Procurador Regional da República	idem
Maria do Socorro Leite de Paiva	Procurador Regional da República	idem



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho	Procurador República	Regional	da	idem
Roberto Moreira de Almeida	Procurador República	Regional	da	idem
Sônia Maria de Assunção Macieira	Procurador República	Regional	da	idem
Uairandyr Tenório de Oliveira	Procurador República	Regional	da	idem
Wellington Cabral Saraiva	Procurador República	Regional	da	idem

**2.3. Procuradores cedidos para outras Unidades**

Nome	Cargo	Unidade de Exercício
-	-	-
-	-	-

**2.4. Quantitativo de membros e servidores**

	PRR-5ª	PRM	PRM	PRM	PRM
<b>Membros</b>					
Procurador Regional da República	22	-	-	-	-
Procurador da República	-	-	-	-	-
<b>Servidores</b>					
Efetivos de nível superior	41	-	-	-	-
Efetivos de nível médio	93	-	-	-	-
Comissionados s/vínculo efetivo	14	-	-	-	-
Efetivos c/cargo em comissão	30	-	-	-	-
Efetivos c/ função confiança	42	-	-	-	-
Cedidos à disposição do MPF	6	-	-	-	-
<b>Estagiários</b>					
Estagiários - nível superior	63	-	-	-	-
Estagiários - nível médio	0	-	-	-	-
<b>Aprendizes</b>					
Aprendizes	1	-	-	-	-
<b>Terceirizados</b>					
Terceirizados	33	-	-	-	-





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**2.5. Distribuição de servidores: área-meio e fim**

Setor	Analistas	Técnicos	Peritos	Outros (Sem vínculo)
Área-fim	26	39	3	11
Área-meio	11	54	1	3

**3. UNIDADES CORREICIONADAS E MANIFESTAÇÕES DA UNIDADE**

**3.1. Constatções Gerais**

A correição foi realizada entre os dias 20 a 24 de agosto de 2018, na cidade de Recife/PE, compreendendo os Ofícios abaixo discriminados da Procuradoria Regional da República da 5ª Região do Ministério Público Federal:

OFÍCIO	TITULAR
1º	Dr. Gino Augusto de Oliveira Liccione
2º	Dr. Joaquim José de Barros Dias
3º	Dra. Eliane de Albuquerque Recena
4º	Dr. Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho
5º	Dra. Sônia Maria de Assunção Macieira
6º	Dra. Isabel Guimarães da Câmara Lima
7º	Dra. Maria do Socorro Leite de Paiva
8º	Dr. Alex Amorim de Miranda
9º	Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega
10º	Dr. Domingos Sávio Tenório de Amorim
11º	Dr. Roberto Moreira de Almeida
12º	Dr. Marcelo Alves Dias de Souza
13º	Dr. Francisco Chaves dos Anjos Neto
14º	Dr. Fernando José de Araújo Ferreira
15º	Dr. Wellington Cabral Saraiva
16º	Dr. Uairandyr Tenório de Oliveira
17º	Dra. Auristela Oliveira Reis
18º	Dr. Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho
19º	Dr. Antonio Carlos V. C. Barreto Campello
20º	Dr. Marcos Antônio da Silva Costa
21º	Dr. Duciran Van Marsen Farena
22º	Dr. Francisco Machado Teixeira

Os Procuradores Regionais da República correicionados, em sua maioria, já haviam recebido o questionário de evolução humana e já o haviam respondido. Aqueles que ainda não haviam feito, informaram que, oportunamente, pretendiam responde-lo.



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A estrutura física da Procuradoria Regional da República, localizada em Recife/PE, é satisfatória. Os gabinetes dos Procuradores Regionais da República constam de uma antessala, que acomoda confortavelmente os servidores, e a sala do gabinete do Procurador Regional da República. Há equipamentos de informático em quantidade suficiente.

O prédio que abriga a Procuradoria Regional da República tem acessibilidade. Conta, também, com auditório no qual se realizam videoconferências. Igualmente, conta com garagem para os veículos oficiais do MPF e para os veículos particulares dos Procuradores Regionais da República.

Os processos judiciais são físicos e eletrônicos. Aqueles têm a movimentação registrada no Sistema Único, que permite um controle adequado, informando as datas e a movimentação necessária para o acompanhamento do feito. Os processos eletrônicos, por sua vez, são movimentados no Sistema PJE (havendo a interoperabilidade com o Sistema Único), igualmente satisfatório para a sua movimentação. Os membros correicionados não apresentaram, durante as suas entrevistas, reclamações ou queixas em relação a esses sistemas de controle e movimentação de processos.

Os processos de natureza administrativa, a exemplo de notícia de fato (NF), procedimento preparatório (PP) e inquérito civil (IC), além do procedimento de investigação criminal (PIC), são eletrônicos e tramitam pelo Sistema Único, o qual se mostrou satisfatório para o controle e a movimentação deles. Igualmente, os membros correicionados não apresentaram críticas contra esse sistema.

A equipe de correição analisou, por amostragem, processos judiciais e administrativos nos Ofícios. De uma forma geral, à exceção do caso registrado mais abaixo, os membros correicionados apresentam boa produtividade e adequado controle processual dos seus gabinetes. Inexistem atrasos significativos; pelo contrário, a maioria dos Ofícios correicionados estava, na data da correição, sem processos com vista ou, havendo processos nessa condição, já estavam minutados.

Durante a correição, a equipe constatou a inexistência da especialização dos Ofícios por atribuição. Inexiste, sequer, a divisão entre matéria cível e criminal, todos os Procuradores Regionais da República atuam, indiscriminadamente, em todas as matérias que lhes são apresentadas.

No âmbito da Procuradoria Regional da República da 5ª Região inexistente consenso sobre a especialização por atribuições dos Ofícios. Enquanto alguns Procuradores Regionais da República são contrários, principalmente em razão da ausência de especialização no âmbito da competência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, outros são favoráveis sob a justificativa de uma maior racionalização no exercício das suas atribuições. Em caso de especialização, todavia, a preocupação unânime foi evitar o desequilíbrio nas atribuições, de modo a evitar que um Ofício, em razão dessa especialização, tenha maior volume de serviço do que o outro.

Outro ponto observado pela equipe de correição foi a necessidade de fortalecer o relacionamento institucional entre os Ofícios de 1ª e 2ª instância.

Na análise dos processos administrativos, sobretudo em inquéritos civis públicos, a equipe de correição constatou que Procuradores da República com atuação perante o primeiro grau, após ajuizarem ações de improbidade administrativa contra réus que têm, criminalmente, foro privilegiado, encaminham os autos do inquérito civil para a Procuradoria Regional da República para fins do ajuizamento da ação criminal pertinente. Ocorre que, em vez de arquivarem o inquérito civil público e determinarem a remessa de cópia à Procuradoria Regional da República, os Procuradores da República têm encaminhado diretamente os autos do inquérito civil público à Procuradoria Regional. Reputa-se esse procedimento equivocado, pois, ao encaminharem diretamente os autos do inquérito civil público à Procuradoria Regional da República, os Procuradores da República promovem verdadeiro “declínio de atribuição” na condução desses feitos, terminando por tolher a independência funcional do Procurador Regional da República para quem o inquérito civil público é distribuído quanto à necessidade de instauração ou não do inquérito civil público. Além disso, eventual atraso na condução do inquérito civil público pelos Procuradores da República termina sendo transmitido aos Procuradores Regionais da República.

Também se identificou que os Procuradores Regionais da República não têm meio formal para o registro do atendimento a advogados e partes que eventualmente prestam. Quando existente tal controle, este consiste em anotação em agenda física mesmo. Afigura-se necessário, portanto, o registro em sistema formal desses atendimentos inclusive como forma para, podendo quantificar e demonstrar o trabalho da Procuradoria Regional da República, poder legitimar ainda mais a sua atuação perante a população.

**Sugestões de encaminhamento:** Apresentam-se, agora, três sugestões de encaminhamento que dizem respeito a todos os Ofícios correicionados:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comunicação à Procuradoria-Geral da República sobre o pedido de parte dos membros correccionados para a especialização por atribuição dos Ofícios em Segundo Grau, especialmente para a racionalização da atividade ministerial e maior eficiência, de forma que tal medida não venha ocasionar distorção de volume processual entre os ofícios.

Considerando a correção realizada na Procuradoria Regional da República da 5ª. Região, verificou-se que os Procuradores Regionais da República recebem autos de inquérito civil encaminhados pelos Procuradores da República, após estes ajuizarem as ações civis de improbidade na primeira instância e identificarem possível infração penal cometido por réu com foro privilegiado no Tribunal Regional Federal da 5ª. Região, a Corregedoria Nacional **RECOMENDA** aos Exmos. Procuradores da República que, ao ajuizarem as ações pertinentes na primeira instância e igualmente identificarem possível infração penal cometido por réu com foro privilegiado no TRF da 5ª Região, promovam o encaminhamento da notícia de crime como peças de informação aos Procuradores Regionais da República, com a respectiva baixa de arquivamento do inquérito civil.

Recomendação/orientação no sentido de que os Procuradores Regionais da República criem e utilizem um sistema formal, preferentemente eletrônico, para o registro dos atendimentos que prestam para as partes, os advogados e eventuais interessados.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correccionada.

**3.2. Termos de Correição, Constatações Específicas e Manifestação de Unidade**

**3.2.1. Chefia da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correccionado	Gabinete do Procurador-Chefe Regional da PRR-5ª Região
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Art. 33 da Portaria SG/MPF n.º 382, de 5 de maio de 2015 (cópia anexa)
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.1. Nome do Titular	Marcelo Alves Dias de Souza
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	Isabel Guimarães da Camara Lima
2.3. O membro assumiu o órgão correccionado em:	1º/10/2017 (Portaria PGR n.º 1036, de 27 de setembro de 2017). Data de assunção como Procurador-Chefe, em segundo mandato. Antes disso, durante aproximadamente um ano exerceu referida função em sucessão ao colega anterior que renunciou ao cargo de PRR e retornou a atuar em primeiro grau.
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: Eventualmente, na ESMARN -Escola da Magistratura do RN  b) Carga horária e período: 20h semestralmente ou anualmente  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM (X) NÃO ( ) Qual? Procurador-Chefe Regional  d) Informou a Corregedoria Local? SIM (X) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( ) NÃO (X) Especifique:
2.10. Participa de Coordenadoria Temática?	SIM (X) NÃO ( ) Qual? Suplência da 3ª CCR/MPF.  A participação acarreta alteração na distribuição de feitos (administrativos ou judiciais)?  SIM ( ) NÃO (X)



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Especifique:
2.11. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, termo, etc)?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro: Anteriormente se dava através da Chefia de gabinete da Unidade. Atualmente isso se dá pela lavratura de um termo de atendimento.
2.12. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.13. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, especifique o órgão:
2.14. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, especificar:
2.15. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: - 26 e 27/03 (folgas compensatórias por exercício de plantões); - 2 a 20/04 (férias); - 7 e 8 e 11 a 14/06 (folgas compensatórias por exercício de plantões).
<b>Observações:</b>	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	Das 10h às 17h, nos termos da Portaria PRR5ª n.º 62, de 31 de março de 2016.
Estrutura de pessoal no gabinete:	01 Chefe de gabinete (CC-4); 02 Secretários (FC-1); 01 Assessor Jurídico Chefe (CC-3); 02 Assessores Especiais (CC-2), sendo um deles Assessor-Chefe; 01 Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica (CC-2) e 02 estagiários de nível superior em Direito.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Estrutura física do gabinete:	01 antesala (recepção) e 05 salas, sendo 01 ocupada pelo Procurador-Chefe (gabinete), 01 pela Chefia de gabinete, 02 pelas Assessorias e 01 utilizada para reuniões.
Sistema de arquivos:	Predominantemente eletrônico (Sistema Único e rede interna).
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Exclusivamente eletrônico, via Sistema Único. Observações: a) Remessa de expedientes físicos se dá apenas a órgãos externos que não utilizam o Sistema Único; b) são transformados em eletrônicos os recebidos físicos, desde que possível.
<b>4. EM RELAÇÃO À CHEFIA DA UNIDADE</b>	
Atribuições do Procurador-Chefe:	Art. 33 da Portaria SG/MPF n.º 382, de 5 de maio de 2015 (cópia anexa)
Atribuições do Procurador-Chefe substituto:	As mesmas do Procurador-Chefe, quando no exercício da titularidade.
Existe assessoria de membros no gabinete? (Identificar)	Sim, através do Núcleo de Apoio Institucional, criado pela Portaria PRR5 n.º 48, de 23 de março de 2018.
Qual a estrutura de tecnologia da informação?	02 impressoras (sistema outsourcing), sendo uma colorida; 01 microcomputador completo para cada usuário, totalizando 07 unidades (03 deles com 2 monitores, em um total de 10 unidades); 01 scanner de mesa e 07 ramais telefônicos digitais.
Qual a estrutura da assessoria jurídica do Procurador-chefe?	01 Assessor Jurídico Chefe (CC-3), que conta com substituto.
Qual a estrutura da Assessoria de Comunicação?	04 pessoas, sendo 01 Assessora-Chefe de Comunicação Social (CC-2), 02 Analistas de Comunicação Social e 02 estagiários (apenas 01 vaga ocupada atualmente).
Observações:	
<b>5. EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS</b>	
Sistema de controle dos atos normativos internos:	Através da ASSJUR da Chefia e Biblioteca, com registros no Sistema Único e rede interna.
Sistema de controle de procedimentos administrativos:	Na área meio, pelo Sistema de Gestão Administrativa e pelo Único; na área fim, pelo Sistema Único.
Pendências relativas aos procedimentos administrativos:	Não



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sistema de controle das solicitações ou peças informativas recebidas:	Exclusivamente através do Sistema Único. Quando em formato físico, digitalizadas.
Solicitações ou peças informativas pendentes de análise:	Inexiste
Existe regimento interno da unidade?	Não. Existem os Regimentos Internos Diretivo e Administrativo do MPF.
Sistema de controle dos convênios firmados:	Descentralizado, a depender da temática.
Questões do Conselho Nacional do Ministério Público:	
a) Há ato normativo que regulamenta as atribuições dos cargos comissionados (Res. nº 06/CNMP)?	Não, no âmbito da PRR-5ª. Existe a Portaria PGR nº 287, de 12/6/2007, de âmbito nacional.
b) Relatórios de controle da atuação administrativa e financeira:	Planilhas produzidas pelo Setor de Programação e Acompanhamento Orçamentário – SPAO.  Projeto “BI Execução Orçamentária e Financeira”, do qual a PRR-5ª faz parte e de onde pode-se obter relatórios como, por exemplo: a) acompanhamento da programação x execução orçamentária; b) execução com plano interno e subtotais; e c) execução orçamentária com modalidade de licitação.
c) Há ato normativo que atendeu o disposto na Res. nº 37/CNMP, que proibiu a existência de nepotismo no âmbito do Ministério Público?	Não, no âmbito da PRR-5ª
d) Há ato normativo que regulamenta o desenvolvimento e disponibilidade do portal da transparência, nos termos da Res. nº 86/2012 CNMP?	Não, no âmbito da PRR-5ª
e) Há ato normativo que faz a adequação do programa de estágio no âmbito do Ministério Público, nos termos da Res. nº 42/CNMP (Res. 62/2010)?	Não, no âmbito da PRR-5ª. Existe a Portaria PGR nº 378, de 9/8/2010, de âmbito nacional.
f) Há controle sobre a advocacia de servidores (Res. 27/2008 CNMP)? De que forma é realizada?	Não, no âmbito da PRR-5ª



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

g) Há alguma política de gestão de pessoas na PRT (Rec. 52/2017 CNMP)? De que forma é realizada?	Não, no âmbito da PRR-5ª. Existe a Portaria MPF/PGR nº 442, de 25/5/2017, de âmbito nacional.
h) Há alguma medida ou mecanismo que busque o diálogo e maior integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias (reuniões, contatos telefônicos ou virtuais, etc) – Rec. 57/2017 do CNMP?	Com certeza. Esta Chefia procura trabalhar em conjunto com os Procuradores de primeiro grau, dialogando das mais diversas maneiras (pessoalmente, por telefone, por e-mail etc), para que, em observância ao princípio da unidade, tenhamos uma atuação efetiva. Essa prática poderia ser melhor trabalhada e estendida a todos os gabinetes da PRR5, porque nos casos em que a chefia tem assim atuado por vezes tem ligação também com a atividade fim e não somente com a atividade meio.
<b>6. EM RELAÇÃO AO PLANO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE</b>	
5.1. Existe Plano de atuação específico da unidade? O Plano de atuação é atual às demandas da unidade?	Atualmente fazemos medições para o painel de certificação trimestralmente buscando atender as diretrizes do planejamento estratégico do MPF.
5.2. Há acompanhamento das metas propostas no plano de atuação?	Sim, trimestralmente.
5.3. Como é feito este acompanhamento? Explicar detalhadamente.	Através da emissão de relatórios disponibilizados pela SEJUD: tempo de resposta aos atendimentos ao cidadão, percentual de saídas diretas de processos judiciais dos gabinetes, percentual de distribuições automáticas e manuais, percentual de desonerações, do Procurador-Chefe e Corregedor da regional, automáticas realizadas pelo sistema e percentual de favorabilidade das ações judiciais.
5.4. Tem sido efetivo o cumprimento das metas propostas no Plano? Justificar.	Sim, no ano passado, conquistamos o selo ouro.
5.5. Existem programas e projetos no plano de atuação? Quem é responsável? Como é feito o controle de efetividade dos projetos e programas?	Temos o SAPO5 - Setor de Acompanhamento de Ações Penais Originárias da PRR-5ª Região, subordinado ao Coordenador Criminal da Unidade. O controle é realizado através de sistema próprio, onde são alimentados os dados das ações originárias e é feito o acompanhamento.
5.6. Quais são as balizas e os processos instituídos para a elaboração do Plano de atuação?	
5.7. Existe Centro de Custos na Unidade? Se não, existe controle do tempo médio dos processos e procedimentos por ofício? Se sim,	Não. Também não existe uma definição do tempo médio, mas existe um controle realizado pela Corregedoria do MPF que busca orientar os ofícios a minimizar esse tempo.





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

informar o tempo médio dos ofícios e o tempo máximo e mínimo	
Observações:	
<b>7. DADOS COMPLEMENTARES</b>	
Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:	
Experiências Inovadoras:	Criação do Núcleo de Apoio Institucional, que serve para ajudar os Procuradores Regionais da República nos casos mais sensíveis e/ou de grande impacto de trabalho.  Com a criação do NAI os gabinetes não ficam mais com acervo paralizado em virtude da dedicação exclusiva a um único processo mais sensível.  O NAI tem sido objeto de elogio por parte de todos os Procuradores por ele já atendidos.
Observações (Outras Atividades De Atuação):	

**Constatações Específicas**

- Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada manifestação específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.2. 1º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

<b>1. DADOS GERAIS</b>	
Órgão Correicionado:	1º Ofício
<b>Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)</b>	Atuação, em todas as áreas do Direito, perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, nos termos da Lei Complementar nº 75/93.
Municípios que compõem a área de atuação:	Municípios dos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, que compõem a 5ª Região.
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.1. Nome do Titular	GINO AUGUSTO DE OLIVEIRA LICCIONE
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	(-)
2.3. O membro assumiu o órgão correccionado em:	06/06/2017
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo: a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: b) Carga horária e período: c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Qual? d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	Especifique:
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada? Ainda em primeiro grau da carreira, representações diversas, todas arquivadas.
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, específico o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: 25 dias, correspondente a vinte dias de férias (22/01/2018 a 10/02/2018) e cinco de licença prêmio (15/01/2018 a 19/01/2018).
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	Durante o expediente ou mediante agendamento.
Estrutura de pessoal no gabinete:	Um Secretário, Um Assessor, Dois Estagiários.
Estrutura física do gabinete:	Sala de Assessoria e Sala do Gabinete (com banheiro)
Sistema de arquivos:	Arquivo Virtual no Sistema Único e cópia na Máquina do Gabinete.
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de	Não se aplica.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

termos de ajustamento de conduta e outros acordos:												
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	0	3	5	15	17	11	0
2. Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	60	122	121	132	135	81	0
3. Devolvidos no mês	-	-	-	-	-	57	120	111	130	141	92	0
4. Saldo do mês atual	-	-	-	-	-	3	5	15	17	11	0	0
	-	-	-	-	-							
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	-	-	-	-	-	0	1	1	2	3	1	0
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	7	8	10	4	12	7	0
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	-	-	-	-	-	6	7	5	5	16	6	0
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
<b>(preenchimento pela equipe de correição)</b>												
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:						0					



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
<i>Habeas corpus</i>	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais– <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorias	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	2



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
Critério de recebimento de feitos: distribuição aleatória e automática.		
Observações: O membro refere que recebeu o questionário sobre qualidade de vida e, oportunamente, pretende respondê-lo.		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Análise de Recursos em Ações de Improbidade Administrativa e Ações de Habeas Corpus. Apelações em processos criminais por delitos contra a ordem tributária, estelionatos contra a fazenda pública, tráfico de drogas, processos previdenciários em geral (LOAS, PENSÃO POR MORTE, ETC.), ações penais originárias, interposição de recursos especiais e extraordinários nas matérias referidas.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Não se aplica.		
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.		
Não		
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses		
Não		
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.		
Acompanhamento da tramitação dos feitos sob a responsabilidade do gabinete tão somente enquanto sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.		
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(doze) meses			
Não se aplica.			
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)			
Atuação, em conjunto com outros três colegas de primeiro grau da carreira, com autorização do Procurador-Geral da República, em Ação Civil Pública que busca a reparação dos danos causados em razão da manipulação dos preços dos combustíveis, pela Petrobras, para fins eleitoreiros. Ação em trâmite na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.			
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração			
Sim. A interação se opera com a divulgação, pelas Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dos estudos, diretrizes e deliberações afetados aos diversos temas de suas respectivas atribuições.			
<b>Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?</b>			
Sim. O canal de comunicação entre os Escritórios da Procuradoria Regional da República e os diversos membros que atuam em primeira instância é permanente e os telefones de contato, endereços de correspondência eletrônica etc. são de pleno conhecimento ou alcance de todos que manifestem interesse.			
<b>7. DADOS COMPLEMENTARES</b>			
Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: Ainda estou há pouco tempo na função para formular sugestões efetivas.			
Experiências Inovadoras: Não há, idem alínea anterior.			
Observações (Outras Atividades De Atuação):			
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b> <b>(Preenchimento pela equipe de Correição)</b>			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
ACP	2007.81.00.001663-0	14.02.2007	Regular. Intimação do membro correicionado de que os autos permanecem no STJ aguardando o julgamento de recurso.
OBS.: não havia qualquer outro processo judicial com vista ao membro			



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

correicionado.			

**Constatações Específicas**

- Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.3. 2º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

<b>1. DADOS GERAIS</b>	
Órgão Correicionado:	2º Ofício
<b>Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)</b>	A PRR-5ª Região é uma unidade do MPF que atua perante o TRF-5ª Região, exercendo as funções institucionais na forma da Lei Complementar nº 75/1993.
Municípios que compõem a área de atuação:	Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	Joaquim José de Barros Dias
<b>2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)</b>	Não se aplica.
<b>2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:</b>	<b>17/03 /1995</b>
<b>2.4. Reside na comarca de lotação?</b>	SIM (X) NÃO ( )





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:  b) Carga horária e período:  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( ) Qual?  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( ) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM (x) NÃO ( ) 3ª e 5ª, das 8:00 às 12:00hs. Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO (x) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( ) NÃO (x) Especifique:
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO (x) Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no	SIM ( ) NÃO (x) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO ( x )  Em caso positivo, específico o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: 02/05/2017 a 21/05/2017, 07/08/2017 a 26/08/2017 e 20/03/2017 a 08/04/2018.
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	Qualquer horário. Chegando algum advogado é alterado.
Estrutura de pessoal no gabinete:	1 Assessor, 1 Secretário e 2 Estagiários.
Estrutura física do gabinete:	Birôs, cadeiras, armários, computadores.
Sistema de arquivos:	Alguns de forma física (em pastas), mas a maioria em arquivo virtual.
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Não se aplica.
Observações:	
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>	
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>	
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>	



**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	69	75	56	66	76	86	70	98	62	37	93	90
2. Distribuídos no mês	121	105	138	104	64	105	160	17	101	136	111	96
3. Devolvidos no mês	115	124	128	94	54	121	132	53	126	80	114	114
4. Saldo do mês atual	75	56	66	76	86	70	98	62	37	93	90	42
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	1	2	1	1	0	2	2	0	1	2	1	1
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	0	2	4	3	0	2	1	2	4	3	2	1
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0

Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

**5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**(preenchimento pela equipe de correição)**

Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	1
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	1
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais – <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	22
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	11
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	15
	Com vista há mais de 6 meses:	3
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	2

Critério de recebimento de feitos: Distribuição aleatória ou por prevenção.

Observações: Os atrasos verificados teriam por origem o fato de que todos os feitos recebidos são objeto de análise e manifestação com relação ao mérito, ou seja, não há casos em que o membro do Ministério Público deixe de atuar alegando falta de interesse.

## 6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses

Crimes praticados por Prefeitos, Estelionato Previdenciário, Tráfico de Drogas, Improbidade Administrativa, Crimes da Lei nº 8.666/93, crimes tributários e contra o sistema financeiro, Delitos de Pedofilia na internet.

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação

Não.

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.

Não.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses

Não.

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.

Sim. Mediante acompanhamento dos processos e Relatório do SAPO5.

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses

Não se aplica.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)

Operação Demara, Operação Catuaba, Operação Fachada, Operação Pecado Capital, Operação Fanes e  
Operação Turbulência.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Não.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuem nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sim. Por meio de contato telefônico.

7. DADOS COMPLEMENTARES

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:

O membro correicionado e sua assessoria alegaram dificuldades para acessar o “link” contendo as audiências de primeiro grau, nos processos judiciais eletrônicos, o que acaba implicando em demora/atraso ou até mesmo prejuízo para a elaboração das peças. Exemplifica com situações onde a defesa alega constar em determinado depoimento uma afirmativa e isso não é possível ser verificado em algumas situações, ou somente após muitas tentativas de conexão. A solução desse problema já foi pedida ao setor de informática da PRR5, sem que se tenha logrado solução.

Experiências Inovadoras: -----

Observações (Outras Atividades De Atuação): -----

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

(Preenchimento pela equipe de Correição)

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Procedimento Investigatório Criminal – PIC	1.00.000.012019/2014-57 (Sigiloso)	18/08/2014	29/06/2018 – Distribuído ao Gabinete – 2º Ofício:  Será remarcada a data para oitiva do Representado e de duas testemunhas, na cidade de Maceió/AL. Houve dificuldade na localização de documentos em órgão estadual de Alagoas, necessários à instrução do feito, bem demora nas respostas dos ofícios recebidos por esse órgão.
Procedimento Investigatório Criminal – PIC	1.00.000.000923/2017-62 (Sigiloso)	16/01/2017	28/11/2017 – Distribuído ao Gabinete – 2º Ofício: Foram expedidos ofícios ao Tribunal de Justiça da Paraíba, ao Ministério Público do Trabalho na Paraíba, bem como ao Representado. Aguardando respostas.
Apelação Cível – Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa	0006339-24.2011.4.05.8500	31/03/2017	08/08/2018 - Distribuído ao Gabinete 2º Ofício para Parecer.
Apelação Cível – Remessa Necessária	0800302-53.2017.4.05.8203	01/09/2017	03/07/2018 - Distribuído ao Gabinete 2º Ofício para Parecer.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Apelação Cível – Custos Legis	0800033.89.2014.4.05.8402	04/06/2014	07/06/2018 - Distribuído ao Gabinete 2º Ofício para Parecer.
Apelação Criminal	0800394-16.2017.05.84.02	22/07/2017	03/08/2018 - Distribuído ao Gabinete 2º Ofício para Parecer.

**Constatações Específicas**

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- 4. Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.4. 3º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

<b>1. DADOS GERAIS</b>	
Órgão Correicionado:	Procuradoria Regional da República da 5ª Região
<b>Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)</b>	Geral, porquanto não há especialização na atuação dos membros nesta unidade do MPF.
Municípios que compõem a área de atuação:	Esta Regional atua em todos os municípios abrangidos pela jurisdição do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	ELIANE DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA RECENA
<b>2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)</b>	Não há, até esse momento, Membro Substituto designado.
<b>2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:</b>	01/04/1995
<b>2.4. Reside na comarca de lotação?</b>	SIM (X) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
<b>2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?</b>	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo especificar o curso:
<b>2.6. Exerce o magistério?</b>	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:  b) Carga horária e período:  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( ) Qual?  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( ) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ: É Membro não remunerado do Conselho de Administração da Aliança Francesa do Recife – CNPJ nº 10.056.430/0001-89.
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( ) NÃO ( X ) Especifique:
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, específico o órgão:





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?		SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, especificar: Não recebe o auxílio-moradia.											
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?		SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: Férias: de 8 e 9 de janeiro de 2018 (período remanescente referente ao exercício 2016.2), de 10 a 19 de janeiro de 2018 (referente ao exercício 2017.1) e de 02 a 11 de abril de 2018 (período remanescente referente ao exercício 2017.1); Dias de Graça: dias 23 e 26 de março de 2018 (em razão de férias referentes ao exercício 2017.1, no período de 02 a 11 de abril de 2018); Folga por participação em Plantão Semanal Ministerial: 27 de março de 2018 (Portaria PRR5 nº 43 de 20/03/2018); Licença Nojo: 07 a 14/06/2018.											
Observações:													
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>													
Qual o horário do atendimento ao público?		Das 10hs às 17hs.											
Estrutura de pessoal no gabinete:		O Membro Titular, um assessor, um secretário e dois estagiários de direito.											
Estrutura física do gabinete:		Todos os integrantes do Gabinete dispõem de computadores em excelente estado de conservação e funcionamento; há mesas, estações de trabalho, cadeiras e armários em quantidades adequadas; o ambiente é satisfatoriamente climatizado por três aparelhos condicionadores de ar; e a iluminação das salas é bastante adequada.											
Sistema de arquivos:		Predominantemente por meio eletrônico, com o uso da ferramenta "Sistema Único", mas também por meios físicos.											
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:		Por meio de ferramenta de processamento eletrônico de dados, "Sistema Único".											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:		Prejudicado, não há casos para exemplificar.											
Observações:													
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>													
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>													
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>													
PERÍODO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	2017												2017



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Saldo do mês anterior	3	17	16	3	12	15	19	14	16	23	8	9
2. Distribuídos no mês	109	79	60	24	102	119	110	90	108	58	52	40
3. Devolvidos no mês	95	80	73	15	99	115	115	88	101	73	51	48
4. Saldo do mês atual	17	16	3	12	15	19	14	16	23	8	9	1
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0

Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

**5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
(preenchimento pela equipe de correição)**

Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	Não há.
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	2 (dois)
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	Não há.
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	Não há.
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	1 (um)
	Com vista há mais de 6 meses:	Não há.
	Com vista há mais de 12 meses:	Não há.
<i>Habeas corpus</i>	No prazo para manifestação (02 dias):	Não há.
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	Não há.
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	Não há.
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	Não há.
	Fora do prazo para manifestação:	Não há.
Recursos cíveis em processos judiciais- <i>fiscal da ordem</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	Não há.
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	Não há.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

<i>jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	Não há.
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público (órgão agente)	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	Não há.
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	Não há.
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	Não há.
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	Não há.
	Com vista há mais de 6 meses:	Não há.
	Com vista há mais de 12 meses:	Não há.
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Não há.
	Com vista há mais de 6 meses:	Não há.
	Com vista há mais de 12 meses:	Não há.
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1.a – Não há;
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	1.b – 1 (um)
	Fora do Prazo:	Não há.
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	2 (dois)
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	Não há.

Critério de recebimento de feitos: Por distribuição e/ou por prevenção.

Observações: Não há.

## 6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses

Muitas ações de improbidade e muitas ações penais, originárias e não originárias.

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação

A Subscritora segue as regras impostas na medida do que for necessário para cumpri-las e exercer suas funções.

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.

Raramente, nesta PRR e junto a instituições outras, tais como a Aliança Francesa do Recife.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses

Não.

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.			
Sim, com o auxílio do Gabinete, mediante levantamento e acompanhamento mensal dos processos.			
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses			
Como atua em segunda instância não há essa prioridade.			
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)			
Não que se recorde de algum de repercussão extraordinária e de complexidade marcante.			
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração			
Não sei se por falta do Gabinete ou da Procuradoria, essa interação é rara.			
<b>Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuem nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?</b>			
Há, sim, e os meios são: contato pessoal, e-mail e via telefone, com troca de informações e ideias.			
<b>7. DADOS COMPLEMENTARES</b>			
Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: treinamento obrigatório, talvez, para os Membros, visando sua constante atualização.			
Experiências Inovadoras: sugiro reparar na atuação do ministério público no direito comparado e copiar ideias compatíveis com o nosso MPP			
Observações (Outras Atividades De Atuação): não há observações a serem feitas.			
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>			
<b>(Preenchimento pela equipe de Correição)</b>			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Notícia de Fato	1.05.000.000270/2018-16	06/06/2018	Última providência: Encaminhado à Assessoria de Pesquisa e Análise da Unidade, para elaboração para análise técnica.
Procedimento Investigatório Criminal	1.05.000.000066/2018-03	07/08/2018	Última providência: Juntada de Relatório de Análise elaborado pela Assessoria de Pesquisa e Análise da Unidade – ASSPA/PRR5ª. Obs.: Está sendo analisada pela Titular do Ofício a possibilidade



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

			de declínio de atribuição, em razão da perda prerrogativa de foro privilegiado do investigado, na linha do que vem decidindo atualmente nossos Tribunais Superiores.
Procedimento Investigatório Criminal	1.05.000.000163/2018-98	07/08/2018	Última providência: Expedição de ofício, com pedido de informação ao investigado.
Procedimento Investigatório do Ministério Público - PIMP	0001020-54.2017.4.05.0000	26/07/2017	Última providência: Juntada de Relatório de Análise elaborado pela Assessoria de Pesquisa e Análise da Unidade – ASSPA/PRR5ª.
Pedido de Quebra de Sigilo PEQUEB	0001018-84.2017.4.05.0000	26/07/2017	Cuida-se de Pedido Quebra de Sigilo que atualmente tramita junto com os autos do PIMP 0001020-54.2017.4.05.0000 relacionado na linha acima.
Execução Provisória	0000911-40.2017.4.05.0000	26/06/2017	Última providência: Foi requerido ao TRF5 vista dos autos da Ação Penal nº 0000072-83.2008.4.05.8001, a fim de que possa o <b>Parquet</b> Federal examiná-los em conjunto com os autos da presente execução provisória penal e, se o caso, requerer o que entender cabível.

**Constatações Específicas**

- Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.5. 4º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	PRR-5ª REGIÃO – 4º OFÍCIO – GAB. APPAF



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Atuação perante o E. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sem especialização.
Municípios que compõem a área de atuação:	Todos os Municípios da área abrangida pelo E. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ou seja, Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
2.1. Nome do Titular	Adílson Paulo Prudente do Amaral Filho
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	
2.3. O membro assumiu o órgão correccionado em:	25.set.2017
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:  b) Carga horária e período:  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Qual?  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM (X) NÃO ( ) Especifique: Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, termo, etc)?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro: se necessário, normalmente termo de depoimento ou ata.
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada? No ano de 2015/16 respondeu a um procedimento disciplinar na CG do MPF em decorrência de atraso no serviço, quando estava a frente da PRSP, tendo em vista que respondia por uma unidade que atuava em matéria ambiental, a qual tinha grande volume de procedimentos antigos, daí decorrendo algum atraso.
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO (X ) Em caso positivo, específico o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO (X ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: férias, de 22.jan.2018 a 10.fev.2018 e de 9.jul.2018 a 28.jul.2018
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	10H-18H



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Estrutura de pessoal no gabinete:	Um secretário, um assessor e dois estagiários.											
Estrutura física do gabinete:	Uma sala para o membro e outra para a equipe de apoio.											
Sistema de arquivos:	Drive virtual na rede e pastas A/Z para documentos físicos.											
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Não celebro TACs, atualmente.											
Observações:												
4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS												
4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior									0	12	15	10
2. Distribuídos no mês									13	17	15	55
3. Devolvidos no mês									1	14	20	14
4. Saldo do mês atual									12	15	10	51
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF									0	0	0	0
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores									0	0	0	0
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional									0	1	0	1
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												
5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)												





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0	
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	5	
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0	
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0	
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	1	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0	
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0	
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0	
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	1	
	Fora do prazo para manifestação: (de fevereiro)	1	
Recursos cíveis em processos judiciais– fiscal da ordem jurídica	Com vista há mais de 30 dias:	55	
	Com vista há mais de 6 meses:	6	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público (órgão agente)	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos Eleitorias	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 1	5	
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação): 4		
	Fora do Prazo: 2	2	
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0	
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	2	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Critério de recebimento de feitos: Distribuição diária, tanto física quanto eletrônica. Distribuição aleatória e automática.

Observações: Há dois habeas corpus para tomar ciência da decisão que acolheu a manifestação com prazo expirado.

#### 6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses

Crimes de prefeitos e recursos em ACPs (ambiental e improbidade).

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação

Não, atuo conforme distribuição do Tribunal.

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.

Atuei no magistério antes da promoção para procurador regional da República. Desde minha vinda para Recife ainda não consegui atuar fora das atividades normais do MPF.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses

Não.

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.

Sim, por meio dos sistemas disponíveis (Único e SAPO5).

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses

Sim, recursos em tutela coletiva merecem atenção especial.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)

Sim, em caso envolvendo construção de obras novas em áreas urbanas de interesse histórico.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Não se aplica.

Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuem nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?

Há, mediante demanda dos colegas de 1ª Instância.

#### 7. DADOS COMPLEMENTARES



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:

Experiências Inovadoras:

Observações (Outras Atividades De Atuação):

**Constatações Específicas**

**1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.

**2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.

**3. Situação detectada:** a equipe de correição constatou uma quantidade significativa de processos com atraso no 4º Ofício. Aparentemente, essa mora justifica-se por uma ausência de organização administrativa do Ofício em tela bem como pela característica pessoal do seu titular de elaborar fundamentadas manifestações ministeriais em todos os processos que lhe são apresentados. Igualmente, a revisão pormenorizada de todas as minutas elaboradas pela assessoria feita pelo titular do Ofício em questão contribui para esse atraso.

**4. Sugestões de encaminhamento:**

Determinar o acompanhamento do 4º Ofício da Procuradoria Regional da República em Recife pela Corregedoria-Geral do MPF, pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável, se necessário, pelo prazo de 6 (seis) meses, sem prejuízo da adoção de providências disciplinares, se entender cabíveis no curso ou após tal período, devendo considerar, dentre outros aspectos, especialmente os seguintes pontos da atuação funcional: a) regularização imediata dos processos judiciais com excesso de prazo; b) regularização imediata dos procedimentos administrativos com excesso de prazo; b) pontualidade nas manifestações; c) cumprimento das Resoluções do CNMP e observância da Portaria 291/2017 da Corregedoria Nacional.

**Manifestação da unidade**

OFÍCIO nº 9/2018/GABINETE DE PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA

Recife, 12 de dezembro de 2018

A Sua Excelência o Senhor  
MARCELO DIAS ALVES DE SOUZA  
Procurador Regional da República  
Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 5ª Região  
Nesta

Assunto: **02.140 | Gestão administrativa - Inspeção do CNMP | CNMP 930282.**

Senhor Procurador-Chefe,

Conforme compromisso assumido com Vossa Excelência, e tendo em vista a remessa do relatório preliminar da inspeção realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nesta unidade, venho comunicar que o acervo de meu gabinete, segundo dados coletados no Sistema Único, na data de hoje, é composto de 56 feitos judiciais pendentes de manifestação, todos com entrada posterior à visita da equipe de inspeção.

Assim sendo, solicito a Vossa Excelência que faça chegar à referida equipe a informação ora trazida, a fim de que dela tomem conhecimento, ao ensejo da elaboração da redação final do relatório de inspeção.

Atenciosamente,

*Assinado digitalmente*



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL FILHO  
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA

**3.2.6. 5º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	5º OFÍCIO DA PRR5ª REGIÃO
<b>Atribuições do Órgão</b> <b>(Descrição e ato normativo)</b>	Todas as matérias atinentes à uma Turma do TRF, a qual tem competência plena, isto é sem especialização. Também atua nas matérias extrajudiciais de competência federal
Municípios que compõem a área de atuação:	Todos os municípios que compõem os estados de competência do TRF 5ª REGIÃO, quais sejam, Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	SÔNIA MARIA DE ASSUNÇÃO MACIEIRA
<b>2.2. Nome do Substituto</b> <b>(momento do preenchimento do termo)</b>	Não existe substituto específico em virtude de substituições periódicas estabelecidas por Portaria.
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	06/07/2012
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( ) NÃO ( x ) Reside na cidade de Olinda considerada cidade do grande Recife.
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO ( x )
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO ( x )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( x )
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO ( x )
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de	SIM ( ) NÃO ( x )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Trabalho na Unidade?	
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO (x)
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( x)
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( x ) NÃO ( ) Existem substituições periódicas estabelecidas por Portaria. Membro da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão no período de 08/08/2017 até 13/6/2018. Membro suplente do NAOP- Núcleo de Apoio Operacional à PFDC de janeiro até dezembro de 2017.
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO ( x )
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( x ) NÃO ( ) 08/01 a 27/01/2018 (relativo ao período de férias de 2018.1)
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	Corresponde ao horário de funcionamento da procuradoria, qual seja, de segunda a sexta-feira das 10h às 18h
Estrutura de pessoal no gabinete:	1(uma) assessora processual, 1 (uma) secretária e 2 (dois) estagiários.
Estrutura física do gabinete:	secretaria/assessoria e gabinete privativo de procurador regional.
Sistema de arquivos:	Sistema único e pasta do sistema de rede.
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Não se aplica.
Observações:	



**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>PERÍODO</b>	<b>Jan 2017</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez 2017</b>
1. Saldo do mês anterior	18	17	12	0	20	9	4	20	3	10	9	42
2. Distribuídos no mês	0	115	139	120	152	130	35	80	82	107	98	138
3. Devolvidos no mês	1	120	151	100	163	135	19	97	75	108	65	180
4. Saldo do mês atual	17	12	0	20	9	4	20	3	10	9	42	0
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF-		1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores		3	1	4	9	2	-	-	1	-	-	5
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional		1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsos no mês).												
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)</b>												
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0										
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0										
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0										
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0										
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	1										
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0										
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0										



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	PJE 0809541-18.2018.4.05.0000.Ciência pelo membro correicionado em 10.08.2018.
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais- <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1.26.003.00026/2018-01: Minuta de ofício de requisição de instauração de IPL, com distribuição ao 5º Ofício em 09.08.2018.
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
Critério de recebimento de feitos: distribuição aleatória e automática.		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Improbidade administrativa, ações previdenciárias e tráfico internacional de entorpecentes.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Não.		
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.		
Não.		
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses

Não.

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.

Sim, mediante acompanhamento dos processos e relatórios das ações penais originárias oriundo do Sapo5 (Sistema de acompanhamento das ações penais originárias da PRR5ª Região).

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses

Não se aplica.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)

Sim, operação Lava-jato e Guabiru.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Não.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuem nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Sim, por meio de contato telefônico e correio eletrônico.

**7. DADOS COMPLEMENTARES**

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: Não tem interesse na especialização das atribuições dos Offícios, sobretudo porque o TRF não tem órgãos especializados.

Experiências Inovadoras:

Observações (Outras Atividades De Atuação): Refere que não recebeu o questionário sobre qualidade de vida.

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

**(Preenchimento pela equipe de Correição)**

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
OBS.: os poucos processos judiciais e administrativos com vista ao membro correicionado, na data da correição, estavam regulares.			





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO


**Constatações Específicas**

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- 4. Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.7. 6º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

<b>1. DADOS GERAIS</b>	
Órgão Correicionado:	6º OFÍCIO – Isabel Guimarães da Camara Lima
<b>Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)</b>	Atua perante o TRF 5ª Região, de acordo com as atribuições previstas na LC nº 75/93, oficiando nas sessões de julgamento da Terceira Turma e do Pleno daquele Tribunal e feitos vinculados aos referidos Órgãos Judiciais.
Municípios que compõem a área de atuação:	Municípios que integram os Estados componentes da 5ª Região.
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	Isabel Guimarães da Camara Lima
<b>2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)</b>	
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	<b>17/03/1997</b>
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> )</p> <p>Em caso positivo:</p> <p>a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP (Privada)</p> <p>b) Carga horária e período: 12h (doze horas) semanais (período diurno)</p> <p>c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> )</p> <p>Qual?</p> <p>d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> )</p>
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	<p>SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> )</p> <p>Em caso positivo, informar período das atividades no escritório: Embora tenha optado pelo exercício da advocacia, eventualmente a exerço, mas não tenho, nem estou vinculada a qualquer escritório. Uso como endereço o residencial, o qual consta na Prefeitura Municipal do Recife e OAB-PE.</p>
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	<p>SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> )</p> <p>Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:</p>
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	<p>SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> )</p> <p>Especifique: Integrante do NAOP-5 e Coordenadora Substituta até 07.01.2017 (Portaria nº 01/2015/PFDC).</p>
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, termo, etc)?	<p>SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> )</p> <p>Em caso positivo, especifique como é feito o registro: O atendimento é eventual, ficando registro na portaria e na agenda do gabinete.</p>
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	<p>SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> )</p> <p>Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?</p>
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	<p>SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> )</p>



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Em caso positivo, específico o órgão:											
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especificar:											
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: 30.11.2017 a 19.12.2017 (Férias); 15 a 24.01.2018 (Férias); 28.01.2018 a 06.02.2018 (Licença-Prêmio).											
Observações:												
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
Qual o horário do atendimento ao público?	Horário de expediente											
Estrutura de pessoal no gabinete:	01 (um) Secretário, 01 (um) Assessor e 02 (dois) Estagiários											
Estrutura física do gabinete:	uma sala para a Assessoria e outra para o Procurador. Um banheiro											
Sistema de arquivos:	Predominantemente digital											
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Pelo Sistema Único (Eletrônico)											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Prejudicado (P)											
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>PERÍODO</b>	<b>Jan 2017</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez 2017</b>
1. Saldo do mês anterior	4	0	7	14	6	27	8	1	7	21	23	11
2. Distribuídos no mês	0	34	75	69	104	80	0	80	50	75	48	0
3. Devolvidos no mês	4	27	68	77	83	99	7	74	36	73	60	11
4. Saldo do mês atual	0	7	14	6	27	8	1	7	21	23	11	0
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	0	2	1	1	0	3	0	4	0	0	2	0
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	1	0	0	1	2	1	0	1	1	5	2	0
7. Recursos Interpostos ao Tribunal	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	4	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Regional																					
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).																					
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)</b>																					
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	00																			
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	00																			
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	00																			
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	00																			
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	00																			
	Com vista há mais de 6 meses:	00																			
	Com vista há mais de 12 meses:	00																			
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	00																			
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	00																			
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	00																			
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	00																			
	Fora do prazo para manifestação:	00																			
Recursos cíveis em processos judiciais- <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	00																			
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	00																			
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	00																			
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	00																			
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	00																			
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	00																			
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	00																			
	Com vista há mais de 6 meses:	00																			
	Com vista há mais de 12 meses:	00																			
Processos Eleitorias	Com vista há mais de 30 dias:	00																			
	Com vista há mais de 6 meses:	00																			
	Com vista há mais de 12 meses:	00																			
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	00																			
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a																				



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	decisão fundamentada de prorrogação):	00
	Fora do Prazo:	00
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	00
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	00
Critério de recebimento de feitos: Distribuição Aleatória, Prevenção ou Substituição Eventual.		
Observações: Não há.		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Como não existem Turmas especializadas no TRF5, e se atua em matérias de diversos ramos do Direito, não há um destaque para uma matéria específica, oficiando-se em Operações diversas. No caso deste Órgão, a título de exemplificação, cita-se: “Operações Fanes”, “Operação Hygia” e “Operação Sete Chaves”.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Prejudicado (P)		
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.		
Prejudicado (P)		
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses		
Prejudicado (P)		
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.		
Por entender ser atribuição da primeira instância, tenho por prejudicada a pergunta.		
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses		
Prejudicado (P)		
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)		
Atuação em processos alusivos à “Operação Sete Chaves”, deflagrada para investigar a lavra mineral de pedra preciosa (Turmalina Paraíba) em mina localizada no Distrito de São José da Batalha, no Município de Salgado-PB.		
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Público? Descrever de que forma se opera essa integração			
Prejudicado (P)			
<b>Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?</b>			
Sim. Através do contato com os Núcleos, que fazem a intermediação entre os Membro de primeira e segunda instância.			
<b>7. DADOS COMPLEMENTARES</b>			
Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: Aumentar o número de Servidores lotados no Gabinete, especialmente vinculados à área fim. A criação de cargos para mais 01 (um) Assessor e uma Analista da área de Direito, a fim de agilizar e melhorar a qualidade dos Trabalhos.			
Experiências Inovadoras: Nada a informar.			
Observações (Outras Atividades De Atuação): Substituição da Chefia			
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>			
<b>(Preenchimento pela equipe de Correição)</b>			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Apelação Cível	0800055-47.2014.4.05.8504	23/10/2014	Entrada no Gabinete em: <b>17/08/2018</b> Manifestação: Contrarrazões de Embargos de Declaração
Inquérito Policial	IPL nº 160/2013 (Patos-PB)	22/08/2013	Entrada no Gabinete em: <b>15/08/2018</b> Em análise: Denúncia, Arquivamento ou Pedido de Diligências
Ação Penal	0800187-32.2017.4.05.8203	08/06/2017	Entrada no Gabinete em: <b>14/08/2018</b> Manifestação: Declínio de Atribuição/Competência
Agravo de Instrumento	0000028-59.2018.4.05.0000	25/01/2018	Entrada no Gabinete em: <b>10/08/2018</b> Manifestação: Parecer
Apelação Criminal	0000383-53.2017.4.05.8100	05/06/2017	Entrada no Gabinete em: <b>13/08/2018</b> Manifestação: Parecer
Apelação Criminal	0002315-22.2016.4.05.8000	15/07/2016	Entrada no Gabinete em: <b>17/08/2018</b> Manifestação: Parecer

**Constatações Específicas**

**1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2. **Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.

3. **Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.

4. **Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.8. 7º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	PRR5ª Região - GABPRR7 – 7º Ofício
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Matéria geral
Municípios que compõem a área de atuação:	PRR5R (CE/RN/PB/PE/AL/SE)
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.1. Nome do Titular	Maria do Socorro Leite de Paiva
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo) do (P)	
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	16/12/1996
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:  b) Carga horária e período:  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( x ) Qual?  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( x ) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( x ) NÃO ( ) Especifique: Comissão de Gênero e Raça da PRR5 e Coordenadoria de Estágio de Direito
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso positivo, especifique o órgão: Outros Ofícios na PRR5R
2.13. Nos últimos 06 meses	SIM ( ) NÃO ( x )





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

recebeu colaboração/auxílio?	Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: 8 a 17/1/2018 e 18 a 27/6/2018, ambos férias, respectivas ao período 2017.2

Observações:

### 3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Qual o horário do atendimento ao público?	(P)
Estrutura de pessoal no gabinete:	1 assessor, 1 secretário, 2 estagiários
Estrutura física do gabinete:	Compatível com as funções desempenhadas
Sistema de arquivos:	Adotado pelo Único e pastas eletrônicas
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	(P)

Observações:

### 4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS

#### 4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	16	20	17	22	36	19	25	22	24	40	28	19
2. Distribuídos no mês	77	117	119	105	112	120	60	95	119	76	93	107
3. Devolvidos no mês	73	120	114	91	129	114	63	93	103	88	102	117
4. Saldo do mês atual	20	17	22	36	19	25	22	24	40	28	19	9



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	1	2	0	1	2	0	1	2	2	1	2	0
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	4	5	12	6	14	11	14	1	4	6	7	6
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	9	21	20	11	11	15	7	9	21	13	9	5

Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

**5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**(preenchimento pela equipe de correição)**

Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):	
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais- fiscal da ordem jurídica	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público (órgão agente)	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 01	
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	1

Critério de recebimento de feitos: Distribuição aleatória e automática.

Observações:

## 6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses

Improbidade Administrativa, Crimes de responsabilidade

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação

(P)

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze)



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

meses. (P)
(P)
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses
(P)
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.
(P)
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses
(P)
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)
NÃO
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração
Não
<b>Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?</b>
Sim, via Coordenação Criminal/Cível, telefone, e-mail e whatsapp.
<b>7. DADOS COMPLEMENTARES</b>
Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:
Experiências Inovadoras:
Observações (Outras Atividades De Atuação): Disse que está bem de saúde. Elogiou o clima de trabalho da Procuradoria Regional.
É desfavorável à especialização das atribuições dos Ofícios. Sustenta que não cabe a especialização, sobretudo



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

porque o TRF não tem especialização.			
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b> <b>(Preenchimento pela equipe de Correição)</b>			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Auto Administrativo	1.26.000265/2018-43	03/08/2018	Regular. Este é o único procedimento de natureza administrativa que estava com vista ao membro correicionado. Cuida de apuração da conduta do prefeito de Ouricuri/PE consistente na omissão do fornecimento de dados técnicos indispensáveis à propositura de ação civil pública requisitados pelo MP.
OBS.: Na data da correição, há 20 processos judiciais com vista ao membro correicionado. Todos para ele se manifestar na condição de custos legis. O processo com vista há mais tempo deu entrada há 15 dias; a maioria do restante deu entrada entre 1 e 7 dias. Todos estão em situação regular.			Regular.

**Constatações Específicas**

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- 4. Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.2.9. 8º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	PRR5ª REGIÃO – GABPRR8
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	<p>1. Promover as ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, com fundamento nos princípios constitucionais, dentro do âmbito de sua competência.</p> <p>2. Manifestar-se em qualquer fase do trâmite processual, por solicitação ou quando entender justificável a intervenção.</p> <p>3. Adotar medidas extrajudiciais, como a instauração de procedimento administrativo; determinar a instauração inquérito policial; requisitar diligências investigatórias; dentre outras medidas necessárias ao cumprimento de suas atribuições, com observância dos atos normativos próprios.</p> <p>4. Gerenciar as atividades administrativas do gabinete, observadas as normas específicas sobre a matéria.</p> <p>Fonte: Lei Complementar nº 75/1993; Portaria PGR/MPF nº 357/2015 (Regimento Interno).</p>
Municípios que compõem a área de atuação:	Todos os que integram os estados da 5ª Região da Justiça Federal: AL, CE, PB, PE, RN, SE.
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.1. Nome do Titular	ALEX AMORIM DE MIRANDA
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	(SEM PREVISÃO)
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	11/7/2011
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo: a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: b) Carga horária e período: c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( ) Qual? d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( ) NÃO ( )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM (X) NÃO ( ) Especifique: participa da escala mensal de supervisão da distribuição processual.
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, especifique o órgão: No presente momento, atuo em substituição ao GABPRR7, da procuradora regional da República Maria do Socorro L. de Paiva.
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar: - Em período de gozo de férias, fui substituído: - pelo procurador regional da República Domingos S. T. Amorim, no período de 24 a 31/5/2018; - pelo procurador regional da República Fábio G. C. Nóbrega, no período de 1º a 10/6/2018; - pelo procurador regional da República Francisco C. A. Neto, no período de 11 a 14/6/2018.
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM (X) NÃO ( ) <b>Em caso positivo, especificar período e motivo:</b> Férias: 30/1/2018; 24/5 a 11/6/2018. Folga compensatória de plantão: 18/5/2018; 12 a 14/6/2018. Licença médica: 12 e 13/3/2018.
<b>Observações:</b> Em relação ao item 2.5, informo que a despeito de não participar de cursos de aperfeiçoamento, mantenho-me atualizado com a leitura assídua da jurisprudência atualizada e de textos publicados em revistas e livros especializados.	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	Das 10 às 17 horas.
Estrutura de pessoal no gabinete:	São 5 integrantes: o procurador regional da República; a assessora de procurador regional; a secretária de procurador regional; dois estagiários.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

<b>Estrutura física do gabinete:</b>	Duas salas, com espaço suficiente para o exercício das atividades do gabinete. Há boa iluminação, amplas janelas, com persianas, e ar-condicionado em ambas as salas.  - A sala do procurador regional contém uma mesa com gaveteiro e cadeira, quatro armários, frigobar, três cadeiras para visitantes, e os equipamentos de informática necessários ao desenvolvimento das atividades: computador e periféricos. Há um banheiro privativo.  - A sala da assessoria contém quatro mesas, três armários, seis cadeiras, e equipamentos de informática completos para cada integrante: computador e periféricos.
<b>Sistema de arquivos:</b>	1. Físico: armário para a guarda de autos e documentos, produzidos e recebidos, originais e cópias, referentes aos processos ainda físicos, com baixa periódica conforme tabela de temporalidade do órgão.  2. Digital: espaço específico para o gabinete, em rede própria do órgão, para guarda de documentos, produzidos e recebidos, originais e cópias.  3. Sistema Único: sistema de gestão de documentos próprio do órgão.
<b>Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:</b>	1. Sistema Único: sistema de gestão de documentos próprio do órgão, que permite o cadastro, movimento e localização dos documentos físicos e digitais, produzidos e recebidos, originais e cópias.  2. Caderno de protocolo: para casos específicos de acompanhamento da tramitação de documentos enviados a órgãos externos.
<b>De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:</b>	Sem ocorrências.

**Observações:**

**4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS**

**4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO**

**PROCESSOS JUDICIAIS**

PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	6	10	18	20	15	12	13	12	7	16	10	6
2. Distribuídos no mês	110	104	124	63	145	40	130	42	113	36	82	0
3. Devolvidos no mês	106	96	122	68	148	39	131	47	104	42	86	2
4. Saldo do mês atual	10	18	20	15	12	13	12	7	16	10	6	4
5. Audiências judiciais / Sessões TRF	2	---	3	2	2	1	2	2	1	1	1	---
6. Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	---	---	---	---	---	1	1	---	---	---	---	---
7. Recursos interpostos ao Tribunal Regional	---	2	3	---	---	1	1	---	---	1	---	---

**Observações:** A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição





**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

do mês, subtraído os impulsionados no mês).		
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)</b>		
<b>Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência</b>	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	NÃO HÁ
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	01 IPL
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	NÃO HÁ
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	NÃO HÁ
<b>Ações penais</b>	Com vista há mais de 30 dias:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 6 meses:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 12 meses:	NÃO HÁ
<b>Habeas corpus</b>	No prazo para manifestação (02 dias):	02 HC
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	NÃO HÁ
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	NÃO HÁ
<b>Mandados de segurança:</b>	No prazo para manifestação (10 dias):	NÃO HÁ
	Fora do prazo para manifestação:	NÃO HÁ
<b>Recursos cíveis em processos judiciais– fiscal da ordem jurídica</b>	Com vista há mais de 30 dias:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 6 meses:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 12 meses:	NÃO HÁ
<b>Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público (órgão agente)</b>	Com vista há mais de 30 dias:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 6 meses:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 12 meses:	NÃO HÁ
<b>Recursos Criminais</b>	Com vista há mais de 30 dias:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 6 meses:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 12 meses:	NÃO HÁ
<b>Processos Eleitorias</b>	Com vista há mais de 30 dias:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 6 meses:	NÃO HÁ
	Com vista há mais de 12 meses:	NÃO HÁ
<b>Notícia de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:	01 NF
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	NÃO HÁ
	Fora do Prazo:	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		NÃO HÁ
<b>Procedimento de Investigação Criminal (PIC)</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:	01 PIC
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	NÃO HÁ
<b>Critério de recebimento de feitos:</b> por distribuição automática ou prevenção, sem divisão por matéria.		
<b>Observações:</b>		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
<b>Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses</b>		
<p>- Improbidade administrativa (dano ao erário, enriquecimento ilícito, violação de princípios administrativos);</p> <p>- Previdenciário (benefícios, auxílios, pensões por morte);</p> <p>- Saúde (oferta de tratamento médico-hospitalar e fornecimento de medicamentos);</p> <p>- Penal (crimes de responsabilidade de prefeito, crimes cometidos por funcionários públicos, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o Estatuto da Criança e do Adolescente, corrupção, estelionato, peculato).</p>		
<b>Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação</b>		
Sim.		
<b>Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.</b>		
Não.		
<b>Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses</b>		
Não.		
<b>Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.</b>		
Sim. Através dos controles internos da PRR5ª Região, com ofícios, e-mails, e cadastramento de notificações nos sistema de tramitação dos autos.		
<b>Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses</b>		
Sim, oficiando com rigor no estrito cumprimento dos prazos processuais, acudindo de imediato aos processos e procedimentos da tutela coletiva.		
<b>Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)</b>		
<p>- Operação OMNI: ação penal proposta pelo MPF, pela prática de estelionato previdenciário, falsificação de documento público, inserção de dados falsos em sistemas de informação, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, participação em organização criminosa, causando um prejuízo estimado em doze milhões de reais ao INSS.</p>		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Operação Torrentes: inquérito que tramita na Polícia Federal de Pernambuco, para apurar possível prática dos crimes dos arts. 312, 317 e 333, do CP, e arts. 89 e 90 da Lei 8.666/93, por agentes públicos da Casa Militar do Estado de Pernambuco.

**Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração**

Através do contato direto, a cada vez que se faz necessário. A atividade fim – ofício do procurador – depende, é óbvio, também, dos centros de apoio.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Sim. Por colaboração mútua, como a troca de informações e documentos, ou a discussão ampla sobre os caminhos a seguir, quando da atuação em causas que tramitem em mais de um grau de jurisdição.

**7. DADOS COMPLEMENTARES**

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: -----

Experiências Inovadoras: -----

Observações (Outras Atividades De Atuação): -----

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

(Preenchimento pela equipe de Correição)

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Notícia de Fato	1.05.000.000333/2018-80	25/7/2018	Recebida na data da instauração. Aguarda análise pela assessoria.
Procedimento Investigatório Criminal	1.26.000.001068/2018-81	13/8/2018	Em diligência: aguarda resposta a ofícios enviados aos representados.
Apelação Criminal (custos legis)	0002713-98.2014.4.05.8400	18/8/2014	Distribuída em 26/7/2018. Recebida no sistema PJe em 3/8/2018. Parecer corrigido. Pronta para devolução ao TRF5.
Revisão Criminal	0803726-40.2018.4.05.0000	11/4/2018	Distribuída em 16/8/2018. A ser recebida no sistema PJe até 24/8/2018, para alegações finais.
Agravo de Instrumento	0801430-50.2015.4.05.0000	6/3/2015	Distribuído em 20/8/2018. A ser recebido no sistema PJe até 26/8/2018, para contrarrazões.
Inquérito Policial	0252/201-SR/DPF/PB	5/9/2017	Distribuído/recebido em 15/8/2018. IPL relatado, para decisão do encaminhamento a ser dado: denúncia ou arquivamento.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Constatações Específicas**

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- 4. Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.10. 9º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	Procuradoria Regional da República da 5ª. Região (9º ofício)
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Atuar em recursos que aportam no TRF5 e nas investigações e ações penais originárias com tramitação no referido órgão judicial em razão da presença de pessoas investigadas e processadas detentoras de foro especial por prerrogativa de função. Não há especialização de atuação na PRR5.
Municípios que compõem a área de atuação:	Municípios que abrangem os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.1. Nome do Titular	Fábio George Cruz da Nóbrega
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	Prejudicado (P)
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	15/10/2017
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>b) Carga horária e período:</p> <p>c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( X )</p> <p>Qual?</p> <p>d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( x ) NÃO ( )</p>
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( X ) NÃO ( ) Especifique: Comissão de Igualdade de Gênero e Raça e Coordenação Criminal
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, termo, etc)?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro: Anotação para registro do único
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, específico o órgão: Como membro da 5ª. Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: Férias durante o mês de maio.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Observações:												
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
Qual o horário do atendimento ao público?	Das 10 h às 18 h											
Estrutura de pessoal no gabinete:	01 Assessor 01 Secretário 02 Estagiários											
Estrutura física do gabinete:	1 Sala para membro 1 Sala para Assessoria/Secretaria											
Sistema de arquivos:	Eletrônico e físico											
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema ÚNICO											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	<b>Prejudicado (P)</b>											
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior										0	17	1
2. Distribuídos no mês										34	32	31
3. Devolvidos no mês										17	48	16
4. Saldo do mês atual										17	1	16
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF										0	0	0
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores										0	1	0
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional										0	1	0
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)		
Inquéritos policiais /Termos de Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
<i>Habeas corpus</i>	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais- <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorias	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 1	
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação): 0	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Fora do Prazo: 0	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias: 2	2
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
Critério de recebimento de feitos: Distribuição aleatória e automática. Por via física uma vez por dia e eletrônica duas vezes por dia.		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Os temas mais tratados são os que envolvem matérias criminais e improbidade administrativa. Há diversas operações importantes de combate à corrupção sendo desenvolvidas no âmbito da 5ª. Região, como a Operação Lava Jato, em que atuou.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Sim. Como coordenador do Fórum Estadual de Combate à Corrupção (FOCCO) e no acompanhamento das condenações em segundo grau, criminais e por improbidade, para impulsionar a execução provisória das sanções.		
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.		
Sim. Palestras regulares voltadas ao fortalecimento do controle oficial e social no enfrentamento à corrupção.		
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses		
Prejudicada em razão da atuação recursal em matéria cível.		
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.		
Sim. Os procedimentos extrajudiciais através de acompanhamento semanal dos encaminhamentos adotados e os processos judiciais com acompanhamento individual do julgamento dos embargos de declaração após a prolação das decisões colegiadas condenatórias de segundo grau.		
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses		
A atuação apenas recursal na área cível torna a pergunta prejudicada.		
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)		
Sim. Como procurador regional vinculado aos casos da Operação Lava Jato que aportam no TRF5, atuando em dezenas de habeas corpus já impetrados e nos recursos criminais e por prática de improbidade correlatos.		





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Sim. Em projetos específicos desenvolvidos pelas câmaras de coordenação e revisão em áreas sensíveis-importantes da atuação do MPF.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Sim. Ocorre através dos trabalhos realizados pelas câmaras de coordenação e revisão e pelas coordenações criminal e da tutela existentes, mas o trabalho precisa ser aprimorado. Indagado de que forma isso poderia ocorrer, respondeu que pelo restabelecimento do denominado Portal Processual.

**7. DADOS COMPLEMENTARES**

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: Melhor estruturação dos núcleos de coordenação e apoio dos trabalhos realizados nas áreas criminal e da tutela, bem como criação de núcleo específico voltado ao tema da improbidade. Se dê maior atenção no acompanhamento das causas que aportam no TRF5 em grau de recurso, e que foram identificadas pelos colegas com atuação em primeiro grau como mais relevantes.

Experiências Inovadoras: Atualização dos sistemas de acompanhamento das ações penais originárias (SAPO 5) e do Portal Processual (acompanhamento dos casos mais importantes que aportam no TRF5 em grau de recurso), coordenação das atividades do Fórum Estadual de Combate à Corrupção (FOCCO), desenvolvimento de atividades de coordenação criminal para apoio aos colegas que atuam no primeiro grau.

Observações (Outras Atividades De Atuação): Representa a 5ª. Câmara do Ministério Público Federal em 2 (ações 5 e 1) das 11 ações da ENCCLA de 2018, como coordenador e coordenador-adjunto, bem como participa regularmente, como palestrante, de cursos promovidos pela Escola Superior do Ministério Público da União sobre atuação resolutiva no MP e interação com a sociedade.

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

**(Preenchimento pela equipe de Correição)**

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Notícia de Fato	1.05.000.000413/2018-90	8/8/2018	Regular. Entrada na Unidade (PRR5) em 7/9/2018. Aguardando relatório da Assessoria de Pesquisa e Análise do MPF.
Procedimento Investigatório Criminal	1.05.000.000192/2018-50	13/4/2018	Regular. Conversão em PIC pela Unidade inspecionada (9 Ofício) em 13/7/2018. Aguardando informações requisitadas ao TCE/PE.
Apelação Cível e Remessa Necessária	0800037-07.2015.4.05.8402	6/2/2015	Regular. Conclusão ao Ofício inspecionado em 10/8/2018. Minuta de Embargos de Declaração já analisada. Aguardando saída.
Apelação Cível	0002172-79.2007.4.05.8100	22/2/2007	Regular. Conclusão ao Ofício inspecionado em 3/8/2018. Aguardando saída com ciência de decisão



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Apelação Cível	0011407-32.2009.4.05.8400	21/12/2009	Regular. Conclusão ao Ofício inspecionado em 3/8/2018. Analisando possibilidade de interposição de Recurso Especial ou Recurso Extraordinário
Apelação Criminal	000020-48-2017.4.05.8106	13/3/2017	Regular. Conclusão ao Ofício inspecionado em 15/8/2018. Aguardando análise para elaboração de parecer.

**Constatações Específicas**

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- 4. Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.11. 10º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

<b>1. DADOS GERAIS</b>	
Órgão Correicionado:	Gabinete do Procurador Regional da República Domingos Sávio Tenório de Amorim (GABPRR10-DSTA).
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Atua tanto na forma de “custos legis” (fiscal da lei), para garantir o cumprimento da legislação vigente, ou como parte originária ou recursal na ação. Compete ainda ao Procurador Regional da República processar criminalmente prefeitos de quaisquer municípios da 5.ª Região que pratiquem atos ilícitos envolvendo recursos ou interesses federais, uma vez que eles têm foro especial por prerrogativa de função e são julgados no TRF-5.  Tem ainda como atribuições, de acordo com a Portaria PGR/MPF Nº 357, de 5 de Maio de 2015:  Art. 47. Aos Procuradores Regionais da República e aos Procuradores da República, no exercício de suas funções administrativas, compete: I - adotar providências administrativas para o bom andamento dos serviços no âmbito do respectivo gabinete; II - fixar o horário de trabalho dos servidores e estagiários lotados em gabinete, observadas as normas regulamentares; III - designar, quando solicitado, servidor para efetuar os registros pertinentes nos aplicativos de gerenciamento do Ministério Público Federal; IV - organizar e gerenciar as atividades administrativas do gabinete, observadas as normas específicas editadas sobre a matéria; e V - zelar pelo fiel registro de informações, das manifestações e da inclusão das íntegras das peças no sistema de informação oficial.
Municípios que compõem a área de atuação:	Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.1. Nome do Titular	DOMINGOS SÁVIO TENÓRIO DE AMORIM
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	Prejudicado (P)
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	01/02/2003
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo: a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: b) Carga horária e período: c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( x ) Qual? d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( ) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( X ) NÃO ( ) Especifique: Comissão de Pesquisa de Mercado Imobiliário



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro: Lançamento no Sistema Único
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, específico o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar: Auxílio decorrente de substituição em virtude de férias e afastamentos.
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: Férias: 08 a 17/janeiro/2018 e 02 a 11/abril/2018. Folgas decorrentes de exercício de Plantão: 05, 07, 26 e 27/março/2018; 12 e 13/abril/2018
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	10h as 17h.
Estrutura de pessoal no gabinete:	05 pessoas, sendo 01 Procurador Regional da República, 01 Assessora, 01 Secretária de Gabinete e 02 Estagiárias de Direito
Estrutura física do gabinete:	O Gabinete é composto por duas amplas salas, com janelas (o que proporciona iluminação natural), persianas e ar condicionado, sendo 01 Sala (Gabinete do Procurador Regional da República) com mesa, cadeiras, computador, impressora, leitor e gravador de Blu-Ray, armários com livros, e todo material necessário para o desempenho da atividade e 01 Antesala (sala da Assessoria do Procurador Regional da República) com computadores, cadeiras, mesas, impressora, armários para armazenamento de processos e para guarda de material de expediente, além de todo material necessário para o desempenho das atividades.
Sistema de arquivos:	Arquivo eletrônico (pastas de rede) destinado aos documentos eletrônicos e Arquivo físico (pastas armazenadas em armário) destinado à documentação física.
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único, que é o sistema informatizado do MPF no qual é realizado o cadastro e movimentação de processos judiciais, procedimentos extrajudiciais e documentos.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes	Prejudicado (P)



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:												
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	27	15	07	19	22	15	16	05	10	18	12	15
2. Distribuídos no mês	63	125	126	105	129	59	97	156	44	134	81	136
3. Devolvidos no mês	75	133	114	102	136	58	108	151	36	140	78	128
4. Saldo do mês atual	15	07	19	22	15	16	05	10	18	12	15	23
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	01	02	03	01	0	01	02	01	01	0	0	02
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	01	08	02	04	07	02	06	10	02	04	02	06
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	03	08	05	02	08	0	04	05	0	04	06	03
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)</b>												
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0										
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0										
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0										
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0										



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais – <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	2
Critério de recebimento de feitos: Distribuição aleatória e automática.		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Os principais temas tratados nesta PRR5 têm ligação com ações de Improbidade Administrativa e atuação criminal originária.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Não. A atuação de Gabinete, como a dos demais Gabinetes integrantes desta Procuradoria Regional da República, não tem ligação com temas especializados, de sorte que tratamos de vários temas importantes em todas as áreas.		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.

Não

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses

Não.

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.

A atuação deste Gabinete nesse campo está mais ligada às ações penais originárias, cuja execução é transferida para a esfera estadual.

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses

Diante da ausência de especialização, a atuação deste Gabinete, de forma generalizada, somente exige priorização nos casos de procedimentos penais originários.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)

Sim. Como no caso do Cais José Estelita (processo nº 0001291-34.2013.4.05.8300 - AC594669-PE), onde se busca evitar a construção em uma área transferida para a iniciativa privada, com enorme repercussão negativa sobre bens tombados no bairro do Recife Antigo.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Não, dada a distância entre a atuação das Procuradorias Regionais da República e esse tipo de integração, mais propícios aos órgãos que atuam no primeiro grau.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuem nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Este Gabinete costuma manter sim contato com os Procuradores da República (1º grau) acerca das notícias crimes de atuação originária, buscando a obtenção e troca de elementos facilitadores das medidas judiciais a serem adotadas.

**7. DADOS COMPLEMENTARES**

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: ---

Experiências Inovadoras: ---

Observações (Outras Atividades De Atuação): Recebeu o questionário de qualidade de vida e pretende, oportunamente, responde-lo. Refere que faz pilates duas vezes por semana.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
(Preenchimento pela equipe de Correição)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
OBS.: Na data da correição, havia apenas 4 processos judiciais com vista ao membro correicionado. O mais antigo era uma apelação cível, com vista há 11 dias, para a confecção de parecer.			Regular.

**Constatações Específicas**

- Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.12. 11º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 5ª REGIÃO
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	A Procuradoria Regional da República da 5.ª Região (PRR-5), com sede no Recife (PE), é a unidade do Ministério Público Federal que atua perante o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF-5), a segunda instância do Poder Judiciário Federal.
Municípios que compõem a área de atuação:	Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.1. Nome do Titular	ROBERTO MOREIRA DE ALMEIDA
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do	Prejudicado.





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

termo)	
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	1º/08/2012
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo especificar o curso: 1. Tribunal do Júri (ESMPU); 2. Consulta prévia, livre e informada: teoria e prática (ESMPU); 3. Prática de atuação judicial e extrajudicial em defesa dos povos indígenas (ESMPU)
2.6. Exerce o magistério?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo: a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: FESP Faculdades, entidade privada. b) Carga horária e período: Curso Jurídico - 3H/A c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO (x) Qual? d) Informou a Corregedoria Local? SIM (x) NÃO ( ) Tem portaria da PGR autorizando – Portaria PGR/MPF Nº 340, de 22 de junho de 2018.
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho	SIM (x) NÃO ( )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

na Unidade?	Especifique: NAOP, Comissão de estágio e Corregedoria local.
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO (x) Não tem aparecido atendimento. Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO (x) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO (x) Em caso positivo, específico o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO (x) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM (x) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: 08 a 17/01/2018 - Férias (2017.1); 01 a 10/02/2018 - Férias (2017.1); 01 a 10/06/2018 - Férias (2017.2); 18/01/2018; 19/01/2018; 02/03/2018 e 22/06/2018 - Folga Compensatória decorrente de Plantão; 09 a 18/03/2018 e 11 a 20/05/2018 - Participar, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, como formador, do Projeto de Fortalecimento da Capacidade Jurídica dos Magistrados do Ministério Público da Guiné-Bissau, em Guiné Bissau. 19 a 27/03/2018 e 09 a 20/04/2018 - Substituição de SubProcurador-Geral da República
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	Segunda à sexta, 10h às 18h.
Estrutura de pessoal no gabinete:	1 secretária , 1 assessora e 2 estagiários
Estrutura física do gabinete:	Sala do membro ministerial e antessala da assessoria



**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Sistema de arquivos:	Físico e majoritariamente virtual											
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Prejudicado											
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>PERÍODO</b>	<b>Jan 2017</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez 2017</b>
1. Saldo do mês anterior	65	63	42	52	90	32	17	128	69	7	55	56
2. Distribuídos no mês	91	104	113	127	149	76	135	172	44	133	161	244
3. Devolvidos no mês	93	125	103	89	207	91	24	231	106	85	160	213
4. Saldo do mês atual	63	42	52	90	32	17	128	69	7	55	56	87
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	01	01	01	02	02	x	x	2	x	x	02	01
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	02	x	x	X	01	01	02	02	01	01	x	02
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	01	01	02	02	x	x	x	01	x	02	01	04
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b> (preenchimento pela equipe de correição)												
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):											0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:											0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais- fiscal da ordem jurídica	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público (órgão agente)	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Critério de recebimento de feitos: Distribuição aleatória ou por prevenção.
Observações: Não há
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses
Improbidade Administrativa, repressão à criminalidade e à corrupção e defesa do meio ambiente.
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação
Sim, integrante do GT Energia e Combustíveis, Rodovias Federais e Quilombolas.
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.
Sim, palestrante conferencista de temas relacionados à atuação do MPF.
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses
Não.
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma como exerce esse acompanhamento.
Sim, como membro e coordenador criminal substituto examina periodicamente a tramitação processual indicando ao Procurador Natural as eventuais demoras pertinentes.
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses
Sim, porém a atuação em segundo grau na tutela coletiva tem se pautado por uma vertente de custos legis, eis que ausente legitimidade ativa da Procuradoria Regional da República, bem como do Tribunal Regional Federal nessa seara.
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)
Sim, teve atuação destacada com o afã de impedir o pagamento de honorários milionários a advogados privados com verbas da União vinculadas ao FUNDEF.
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração
Sim, há permanente interrelação entre os núcleos da PRR5ª Região Núcleo de Apoio Operacional da PFDC (NAOP), o setor de acompanhamento das Ações Penais e o Setor de Acompanhamento das Ações Cíveis, bem como entre as Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, em Brasília.
Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?

Sim, há um permanente diálogo que ocorre através de diversos meios, dentre os quais a rede membros, os emails e os meios de comunicação telefônicas.

7. DADOS COMPLEMENTARES

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: Que as correições sejam realizadas a contento e que a Corregedoria nos oriente a fazer cada vez mais e melhor em prol da sociedade.

Experiências Inovadoras: Não houve, para o período.

Observações (Outras Atividades De Atuação): Escritor de obras jurídicas, corregedor auxiliar e membro integrante da comissão de estágio e membro auxiliar do NAOP e da Procuradoria Regional Eleitoral, nas eleições 2018.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

(Preenchimento pela equipe de Correição)

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
APELAÇÃO CRIMINAL	0000206-12.2015.4.05.8504	29/05/2015	Entrada na PRR5ª Região e distribuída ao 11º Ofício em 13/08/2018, encontrando-se em análise, para oferecimento de parecer.
APELAÇÃO - REEXAME NECESSÁRIO	0003651-19.2011.4.05.8200	27/07/2018	Entrada na PRR5ª Região e distribuída ao 11º Ofício em 06/08/2018, encontrando-se em análise, para oferecimento de parecer.
AGRAVO DE INSTRUMENTO	0812286-68.2018.4.05.0000	13/08/2018	Entrada na PRR5ª Região e distribuída ao 11º Ofício em 16/08/2018, encontrando-se em análise, para apresentação de contrarrazões.
APELAÇÃO CÍVEL	0801591-14.2018.4.05.8000	14/03/2018	Entrada na PRR5ª Região e distribuída ao 11º Ofício em 15/08/2018, encontrando-se em análise, para oferecimento de parecer.
APELAÇÃO CRIMINAL	0000009-32.2016.4.05.8501	21/01/2016	Entrada na PRR5ª Região e distribuída ao 11º Ofício em 20/08/2018, encontrando-se em análise, para oferecimento de parecer.
APELAÇÃO CÍVEL	0812337-79.2018.4.05.0000	14/08/2018	Entrada na PRR5ª Região e distribuída ao 11º Ofício em 21/08/2018, encontrando-se em análise, para oferecimento de parecer.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Constatações Específicas**

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- 4. Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.13. 12º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	PRR5-12 ° Ofício-MARCELO
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Universal (não há especificação)
Municípios que compõem a área de atuação:	Todos os que compõem a 5ª Região (que pertencem aos Estados de AL, CE, PB, PE, RN e SE)
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.1. Nome do Titular	Marcelo Alves Dias de Souza
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	Prejudicado
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	12/06/2012
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( X ) NÃO ( )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>Em caso positivo:</p> <p>a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: Eventualmente, na Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN.</p> <p>b) Carga horária e período: 20 horas, semestralmente ou anualmente.</p> <p>c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( X )</p> <p>Qual?</p> <p>d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( ) NÃO ( X )</p>
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	<p>SIM ( ) NÃO ( X )</p> <p>Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:</p>
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	<p>SIM ( ) NÃO ( X )</p> <p>Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:</p>
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	<p>SIM ( ) NÃO ( X )</p> <p>Especifique:</p>
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	<p>SIM ( ) NÃO ( X )</p> <p>Em caso positivo, especifique como é feito o registro:</p>
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	<p>SIM ( ) NÃO ( X )</p> <p>Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?</p>
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	<p>SIM ( ) NÃO ( X )</p> <p>Em caso positivo, especifique o órgão:</p>





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?		SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especificar:										
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?		SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: - 26 e 27/03 (folgas compensatórias por exercício de plantões) - 02 a 20/04 (férias) - 07, 08 e 11 a 14/06 (folgas compensatórias por exercício de plantões)										
Observações:												
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
Qual o horário do atendimento ao público?		Em regra, das 10h às 17h, nos termos da Portaria PRR5 n° 62, de 31 de março de 2016.										
Estrutura de pessoal no gabinete:		1 assessora, 1 secretária e 2 estagiários										
Estrutura física do gabinete:		2 salas, equipadas com mesas de trabalho e computadores										
Sistema de arquivos:		Predominantemente eletrônico, via Sistema Único e redes internas.										
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:		Sistema Único.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:		Prejudicado										
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	1	4	3	0	0	10	8	10	0	0	0	0
2. Distribuídos no mês	49	37	46	10	49	47	56	26	0	23	0	44
3. Devolvidos no mês	46	38	49	10	39	49	54	36	0	23	0	43



**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

4. Saldo do mês atual	4	3	0	0	10	8	10	0	0	0	0	1
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	2	0	1	0	3	1	4	0	0	0	0	1
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

O membro signatário exerce, desde 1º de outubro de 2017, a titularidade da Chefia da Procuradoria da República da 5ª Região (Portaria PGR nº 1.036, de 27 de setembro de 2017). Em razão disso, conforme disposto no art. 1º da Portaria PGR nº 501, de 14 de setembro de 2011, tem redução de 50% (cinquenta por cento) da distribuição dos autos administrativos e judiciais ordinariamente cometida ao ofício ocupado. Além disso, está proibido, nos termos do art. 8º da Portaria PRR5 nº 73, de 02 de outubro de 2014, de atuar em substituição de ofícios. Isso explica sua carga processual a menor, com a dedicação às funções administrativas da Unidade.

**5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**(preenchimento pela equipe de correição)**

Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais– <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 1	1
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação): 0	
	Fora do Prazo: 0	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação): 0	0
Critério de recebimento de feitos: Distribuição diária dos eletrônicos uma vez por dia e diária/imediata dos físicos. Distribuição aleatória e automática.		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses

Improbidade administrativa, crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, meio ambiente e minorias.

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação

Sim. Procuramos dar efetividade às temáticas priorizadas pelas Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Priorizamos dar andamento rápido aos processos para cumprimento dos princípios constitucionais da economicidade e celeridade.

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.

Sim. Tenho nos últimos 12 meses proferido palestras, sobretudo no Estado do Rio Grande do Norte, do qual sou natural. Também escrevo semanalmente no jornal Tribuna do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sobre a temática do Direito, abordando frequentemente a nossa atividade no Ministério Público Federal.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses

A Procuradoria Regional da República da 5ª Região, na qual este membro exerce o cargo de Procurador-Chefe, desenvolve algumas ações sociais, tais como: a) contratação de adolescentes aprendizes (convênio com escola profissionalizante para oportunizar a experiência do primeiro emprego a menores em situação de vulnerabilidade social); b) feirinha de produtos orgânicos (exposição de alimentos orgânicos fornecidos por associação local de pequenos produtores rurais); c) campanha "Quem doa um bem faz o bem" (campanha destinada a arrecadar alimentos e donativos para famílias atingidas pelas chuvas no interior de Pernambuco).

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma como exerce esse acompanhamento.

Sim. A Procuradoria Regional da República da 5ª Região tem um sistema de acompanhamento das ações penais originárias, assim como das ações penais em geral, chamado SAPO, que, inclusive, no momento, através do seu Coordenador, está diligenciando para fins de acompanhamento da tramitação, instrução e cumprimento das medidas impostas nessas ações.

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses

Sim. O ofício dá prioridade às ações coletivas, aí incluídas as de improbidade, que têm maior impacto na sociedade. Quanto a essas ações, a meta do Gabinete é de acervo zerado semanalmente.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sim. Atuação perante o TRF5, por designação do Procurador-Geral da República (Portaria nº 735, de 23 de setembro de 2014), no caso do homicídio do Promotor de Justiça Thiago Faria Soares, que tramita na Justiça Federal em decorrência do Incidente de Deslocamento de Competência nº 5/PE (2014/0101401-7).

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Na medida do possível sim. Este Gabinete tem se socorrido da ASSPAD – Assessoria de Pesquisa e Análise da PRR-5ª Região (aqui considerada como Centro de Apoio) para exercer um trabalho mais técnico e efetivo no que toca ao combate à criminalidade e corrupção. A mesma coisa é feita em relação à ASCOM – Assessoria de Comunicação da PRR-5ª Região, para que a atividade realizada chegue de forma transparente e objetiva à sociedade.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Com certeza. Este Ofício procura sempre trabalhar em conjunto com os Procuradores de primeiro grau, dialogando, das mais diversas maneiras (pessoalmente, por telefone, por e-mail etc), para que, em observância ao princípio da unidade, tenhamos uma atuação concertada e efetiva.

7. DADOS COMPLEMENTARES

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:

Experiências Inovadoras:

Observações (Outras Atividades De Atuação):

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

**(Preenchimento pela equipe de Correição)**

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
APELAÇÃO – REEXAME NECESSÁRIO	0802508-46.2017.4.05.8101	01/09/2017	Regular. Entrada na PRR5 em 03/08/18 – Parecer em elaboração.
AGRAVO DE INSTRUMENTO	0801374-46.2017.4.05.0000	16/02/2017	Regular. Entrada na PRR5 em 17/08/2018 – Contrarrazões de embargos de declaração em elaboração.
APELAÇÃO CÍVEL	0800002-07.2016.4.05.8501	11/01/2016	Regular. Entrada na PRR5 em 01/08/2018 – Recurso Extraordinário em elaboração.
AÇÃO PENAL	0809927-39.2016.4.05.8400	14/10/2016	Regular. Entrada na PRR5 em 20/08/2018 – Análise sobre possível declínio de atribuição.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

APELAÇÃO CRIMINAL	0000034-45.2016.4.05.8404	11/03/2016	Regular. Entrada na PRR5 em 16/08/2018 – Parecer em elaboração.
APELAÇÃO CRIMINAL	0811040-28.2016.4.05.8400	11/11/2016	Regular. Entrada na PRR5 em 20/08/2018 – Manifestação em elaboração.

**Constatações Específicas**

- Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.14. 13º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

<b>1. DADOS GERAIS</b>	
Órgão Correicionado:	Ministério Público Federal – PRR 5ª Região
<b>Atribuições do Órgão</b> (Descrição e ato normativo)	Universal (Não há especificação).
Municípios que compõem a área de atuação:	Todos que compõem a 5ª Região (que pertencem aos Estados do CE, RN, PB, PE, AI e SE).
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	Francisco Chaves dos Anjos Neto
<b>2.2. Nome do Substituto</b> (momento do preenchimento do termo)	Prejudicado
<b>2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:</b>	05/04/2004
<b>2.4. Reside na comarca de lotação?</b>	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
<b>2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?</b>	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo especificar o curso:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo: a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: b) Carga horária e período: c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( ) Qual? d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( ) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( X ) NÃO ( ) Especifique: Comissão de Estágio.
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Obs: como o PRR não atua como órgão agente em tutela coletiva, o atendimento a público é esporádico (como, p. ex., para eventualmente atender um profissional advogado para determinada causa, fato raríssimo, pelo menos no meu gabinete, em que os feitos fluem com muita rapidez). Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, específico o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias,	SIM ( X ) NÃO ( )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

licença-prêmio, etc)?	Em caso positivo, especificar período e motivo: Férias = 08/01/2018 a 19/01/2018. Folga de plantão em 27/03/2018. Férias = 05 de abril de 2018 (Interrompidas por necessidade do serviço) Licença Médica = 18, 19 e 20 de abril de 2018. Férias agendadas para 27/06/2018 a 13/06/2018.
-----------------------	--

Observações:

**3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Qual o horário do atendimento ao público?	Das 10H às 17H.
Estrutura de pessoal no gabinete:	1 Assessora, 1 Secretária e 2 estagiários
Estrutura física do gabinete:	Antessala e gabinete privativo do PRR
Sistema de arquivos:	Sistema Único e pastas do sistema de rede.
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Prejudicado. Obs: a razão da resposta é porque o PRR não atua como órgão agente em tutela coletiva, sendo essa questão mais peculiar ao PR, em primeiro grau.

Observações:

**4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS**

**4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO**

**PROCESSOS JUDICIAIS**

PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	0	4	1	0	6	2	0	3	0	8	0	0
2. Distribuídos no mês	60	83	107	90	106	45	102	108	97	87	0	114
3. Devolvidos no mês	56	86	108	84	110	47	99	111	89	95	0	114
4. Saldo do mês atual	4	1	0	6	2	0	3	0	8	0	0	0
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF2		1	2	0	1	1	2	1	0	2	0	2
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	0	2	1	2	1	1	2	1	5	2	0	3
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	1	3	1	2	3	4	2	2	3	2	0	5





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

**5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
(preenchimento pela equipe de correição)**

Inquéritos policiais /Termos de Circunstanciados Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais- <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
Critério de recebimento de feitos:		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Ações de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), Crimes do Decreto-Lei nº 201/67, Crimes da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), Agravos em execução penal de presos dotados de periculosidade do Presídio de Mossoró/RN, Tutelas coletivas relacionadas ao patrimônio cultural (a exemplo da preservação do patrimônio histórico de Olinda e Recife) e demandas ambientais relacionadas à carcinicultura e áreas de preservação permanente.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Sim, eventualmente uma ou mais Câmara de Coordenação e Revisão, sobretudo a 5ª CCR/MPF, lança diretriz de atuação sistematizada em determinado período (como combate à corrupção, embora seja essa permanente, combate à pedofilia, combate ao trabalho externo).		
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.		
Prejudicado. Obs: por ser não ser o PRR órgão agente em tutela coletiva.		
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses		
Prejudicado. Obs: mesma situação anterior.		
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.		
Sim, naqueles feitos nos quais o MPF atua como "dominus litis"(como, p.ex, na ação penal originária, quando há a execução da pena em sendo condenatório o acórdão).		
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses		
Sim, priorizo a tutela coletiva por ser um núcleo destacado da organização interna da Unidade, sob intitulação de NID (Núcleo de Interesses Difusos), daí porque há sempre maior atenção em demandas que digam respeito à defesa do patrimônio público e do meio ambiente, por exemplo.		
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)		
Um feito em destaque foi contra a ocupação desordenada de carcinicultores do Estado do Rio Grande do Norte, no que exigiu uma articulação com o colega de primeiro grau para combater uma Lei Estadual que liberava, sem maiores critérios,		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

essas atividades.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Prejudicado. No âmbito do segundo grau, sobretudo no MPF, não há essa cultura de criação de centros de apoio (talvez se possa aqui fazer uma simetria com as Câmaras de Coordenação e Revisão, sobretudo a 5ª CCR/MPF, de combate à corrupção, no que eventualmente se lança campanhas temáticas).

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Sim, através de núcleos específicos (NUCRIM, no criminal, e NID, na tutela coletiva), além de portal processual onde as demandas de interesse de colegas de primeiro grau podem ser provocadas, através de alimentação do sistema que fica na plataforma virtual desta PRR 5ª Região.

**7. DADOS COMPLEMENTARES**

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:

Experiências Inovadoras: há dispositivo interno, fruto de deliberação do nosso colegiado, no sentido de prestigiar os princípios da independência funcional e da unidade, onde, num primeiro momento, o PRR atua segundo o seu juízo de convencimento para se posicionar (aqui com ênfase ao princípio da independência funcional), e, sendo contrário à atuação do PR de primeiro grau, há possibilidade, em um segundo momento, quando submetida a questão para os demais colegas, de um outro patrocinar a demanda (aqui com ênfase ao princípio da unidade), caso a decisão do tribunal seja contrária àquela que justificou o ingresso da ação.

Observações (Outras Atividades De Atuação):

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

**(Preenchimento pela equipe de Correição)**

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Recurso Cível	0005544-81.2012.4.05.8500 (APELREEX 32309-SE)	28.04.2015	Com vista em 20.08.2018
Recurso Cível	0809413-95.2018.4.05.0000 (AG)	18.06.2018	Com vista em 21.08.2018
Recurso Cível	0803309-80.2017.5.05.8000 (APELREEX)	15.03.2017	Com vista em 21.08.2018

**Constatações Específicas**

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4. Sugestões de encaminhamento: já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.15. 14º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	14º Ofício – Gabinete do Procurador Regional da República Fernando José Araújo Ferreira (Procuradoria Regional da República da 5ª Região)
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Atuação em matéria recursal e originária no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (atuação perante a Quarta Turma e Tribunal Pleno). Art. 68 da LC 75/93.
Municípios que compõem a área de atuação:	Todos os municípios dos Estados sob jurisdição do TRF 5ª Região (CE, RN, PB, PE, AL, SE).
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.1. Nome do Titular	Fernando José Araújo Ferreira
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	05/04/2004
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo: a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:  b) Carga horária e período:  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( x ) NÃO ( )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Qual? Corregedoria-Geral do MPF.  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Especifique:
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso positivo, específico o órgão:  22º Ofício - Francisco Machado Teixeira - de 21 a 30/06/2018
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especificar: Elaboração de denúncia em caso complexo, derivado de uma operação policial, pelo Núcleo de Apoio Institucional – NAI da PRR5.
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especificar período e motivo:  22/01/2018 a 31/01/2018 (férias) 15 a 24/02/2018 (férias) 22/03/2018 (férias) 09 a 11/04/2018 - Memorando nº 02/2018 - PRR5ª/UD/CORREG de 04/04/2018



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	7 a 15/06/2018 (férias) 18/06/2018 - Portaria PRR5 nº 76, de 17/05/2018 (folga de plantão)											
Observações:												
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
Qual o horário do atendimento ao público?	10h às 17h (PORTARIA PRR5 Nº 62, DE 31 DE MARÇO DE 2016.											
Estrutura de pessoal no gabinete:	01 (um) Assessor, 01 (um) Secretário e 02 (dois) estagiários.											
Estrutura física do gabinete:	O Gabinete é composto de: 01 (uma) antessala da Assessoria e Secretaria do Gabinete, onde trabalham Assessor, Secretário e estagiários. 01 (um) Gabinete de Procurador Regional da República.											
Sistema de arquivos:	Arquivamento de expedientes físicos: é realizado em pastas físicas localizadas na antessala do Gabinete. Arquivos eletrônicos: o Gabinete possui pasta na Rede Corporativa onde são arquivados todos os expedientes produzidos. Documentos e procedimentos eletrônicos encaminhados pelo Sistema Único são arquivados no próprio sistema de arquivos do Único.											
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Todo o registro de tramitação de processos/procedimentos é feito pelo Sistema Único.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Prejudicado.											
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	38	31	42	24	55	21	86	135	77	65	100	112
2. Distribuídos no mês	97	36	123	102	82	129	160	114	113	132	91	52
3. Devolvidos no mês	104	25	141	71	116	64	111	172	125	97	79	94
4. Saldo do mês atual	31	42	24	55	21	86	135	77	65	100	112	70



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	1		1	1	2	1	1	2	1	1	2	1
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores			3	1	5		5	6	3	4		1
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	1					1	1					

Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

**5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
(preenchimento pela equipe de correição)**

Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):	
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
<i>Habeas corpus</i>	No prazo para manifestação (02 dias):	1
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais – <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	17
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	13
	Com vista há mais de 6 meses:	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	1
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
Critério de recebimento de feitos: distribuição aleatória e automática		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses?		
Penal, Administrativo, Previdenciário, Ambiental, Improbidade Administrativa, etc.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Prejudicado.		
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.		
Prejudicado.		
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses		
Prejudicado.		
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma como exerce esse acompanhamento.		
Prejudicado.		
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses		
Prejudicado.		





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)

Atuação em habeas corpus envolvendo Desembargador Federal aposentado, acusado de corrupção.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Prejudicado.

Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?

Sim.

7. DADOS COMPLEMENTARES

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: é favorável à especialização dos Ofícios por matérias. Sugere a criação, por exemplo, do Núcleo de Combate à Corrupção – NCC.

Experiências Inovadoras: prejudicado.

Observações (Outras Atividades De Atuação): recebeu o questionário sobre qualidade de vida e já o respondeu.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

(Preenchimento pela equipe de Correição)

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
OBS.: os processos judiciais e administrativos com vista ao membro correicionado, na data da correição, estavam regulares.			

Constatações Específicas

1. **Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
2. **Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
3. **Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
4. **Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

Manifestação da unidade

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**3.2.16. 15º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	Procuradoria Regional da República da 5ª Região – 15º Ofício
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Art. 47, incisos I ao V, da Portaria PGR/MPF 357/2015 Art. 47. Aos Procuradores Regionais da República e aos Procuradores da República, no exercício de suas funções administrativas, compete: I – adotar providências administrativas para o bom andamento dos serviços no âmbito do respectivo gabinete; II – fixar o horário de trabalho dos servidores e estagiários lotados em gabinete, observadas as normas regulamentares; III – designar, quando solicitado, servidor para efetuar os registros pertinentes nos aplicativos de gerenciamento do Ministério Público Federal; IV – organizar e gerenciar as atividades administrativas do gabinete, observadas as normas específicas editadas sobre a matéria; e V – zelar pelo fiel registro de informações, das manifestações e da inclusão das íntegras das peças no sistema de informação oficial.
Municípios que compõem a área de atuação:	Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.1. Nome do Titular	Wellington Cabral Saraiva
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	5 de abril de 2004
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral: prejudicado.
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo especificar o curso: a) Simpósio "Eleições gerais de 2018: temas relevantes na atuação do Ministério Público Eleitoral". b) Curso de Aperfeiçoamento "Análise econômica do Direito e Teoria dos Jogos: Edição 5 anos", realizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, de 13 a 15 de março de 2018, com carga horária de 16 horas-aula. c) Oficina com as equipes de Contencioso Eleitoral do TRE-PE e de Políticas Públicas do Facebook no Brasil para tratar das ações da campanha contra propagandas e notícias falsas no período eleitoral.
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: Universidade Federal de Pernambuco</p> <p>b) Carga horária e período: O correicionado não é professor efetivo da instituição, mas convidado eventual para ministrar uma disciplina em cursos de pós-graduação, em geral com carga de 30h/a por semestre, o que corresponde a cerca de 6 noites de aula por semestre.</p> <p>c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( x ) Qual?</p> <p>d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( X ) NÃO ( )</p>
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	<p>SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório: prejudicado.</p>
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	<p>SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ: Sou acionista minoritário de companhias abertas (vide abaixo), por compra das ações em bolsa de valores, as quais são anualmente declaradas à Receita Federal do Brasil. Banco do Brasil S.A. - CNPJ 00.000.000/000191; Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) - CNPJ 33.000.167/0001-01; Vale S.A. - CNPJ 33.592.510/0001-54; Magazine Luiza S.A. - CNPJ 47.960.950/0001-21.</p>
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	<p>SIM ( X ) NÃO ( ) Especifique: O correicionado é membro da Comissão de Teses Recursais da 2.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, do Grupo de Apoio da Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República e Corregedor Auxiliar do Ministério Público Federal.</p>
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	<p>SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro: O correicionado atende a qualquer pessoa que o procure, todos os dias, mas essa espécie de demanda é muito pouco frequente nas Procuradorias Regionais da República. O correicionado mantém registro informal, em sua estação de trabalho, desses atendimentos.</p>
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	<p>SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?</p>
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	<p>SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, específico o órgão:</p>



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: 8 a 17/1/2018 – Férias (suspensas a partir de 15/1/2018); 17 a 19/4/2018 – Férias (gozo do período suspenso); 21 e 24/5/2018 – Designação para compor comissão de correção ordinária na PRPE; 13 a 22/6/2018 – Férias.

Observações:

### 3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Qual o horário do atendimento ao público?	Não há horário determinado. O correicionado atende a quem o procura durante todo o expediente da unidade.
Estrutura de pessoal no gabinete:	Um assessor, um secretário e dois estagiários.
Estrutura física do gabinete:	Uma estação completa de trabalho para cada integrante, com ramais telefônicos para o PRR, assessor e secretário.
Sistema de arquivos:	Único
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Prejudicado

Observações:

### 4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS

#### 4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior										18	27	26
2. Distribuídos no mês										74	48	78
3. Devolvidos no mês										65	49	64
4. Saldo do mês atual										27	26	40
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF										1	1	2
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores										1	3	3



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional									7	7	8
Observações: A) (item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraídos os impulsionados no mês).											
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)</b>											
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):										
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	1									
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0									
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0									
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0									
	Com vista há mais de 6 meses:	0									
	Com vista há mais de 12 meses:	0									
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0									
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0									
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0									
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	1									
	Fora do prazo para manifestação:	0									
Recursos cíveis em processos judiciais– <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0									
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	1									
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0									
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0									
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0									
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0									
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0									
	Com vista há mais de 6 meses:	0									
	Com vista há mais de 12 meses:	0									
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0									



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1 (menos de 30 dias)
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	1 (entre 30 dias e 90 dias)
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	2
Critério de recebimento de feitos: Distribuição aleatória e automática.		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Devido às características de atuação das PRRs, a pergunta não se aplica. Na atuação eleitoral, o correicionado promoveu diversas representações contra pré-candidatos por propaganda eleitoral antecipada, que tiveram divulgação na imprensa local.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Devido às características de atuação das PRRs, a pergunta não se aplica.		
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.		
Não.		
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses		
Não.		
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.		
Devido às características de atuação das PRRs, a pergunta não se aplica. A execução penal de réus condenados originariamente no TRF5 é feita no primeiro grau.		
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses		
Devido às características de atuação das PRRs, a pergunta não se aplica.		
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

resumida, o(s) caso(s)

O correicionado representou o MPF em sessão de julgamento da 1.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em que foram julgados seis *habeas corpus* impetrados em favor do ex-Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, e fez sustentação oral em todos eles. Mercê das manifestações escritas do MPF e, talvez, dessas sustentações, todas as ordens foram indeferidas.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Devido às características de atuação das PRRs, a pergunta não se aplica.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Há comunicação constante dos membros da unidade, inclusive do correicionado, com colegas de outras instâncias, para atuação coordenada.

7. DADOS COMPLEMENTARES

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:

Experiências Inovadoras:

Observações (Outras Atividades De Atuação): Já recebeu o questionário de qualidade de vida e oportunamente pretende responde-lo.

Quanto à especialização das atribuições dos Ofícios, é favorável a um “semiespecialização” (apenas algumas matérias e apenas alguns Ofícios).

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

**(Preenchimento pela equipe de Correição)**

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
PIC	1.05.000.000180/2017-44	26.05.2017	Regular. Despacho datado em 20.08.2018, com fundamentação pertinente e determinando diligências.
RPV	0271430-90.2016.4.05.0000	01.06.2016	Regular. Vista ao membro correicionado em 27.07.2018. Parecer do membro correicionado já minutado.
OBS.: o acervo do membro correicionado é de 5 NFs, todas devidamente prorrogadas.			Regular.

**Constatações Específicas**

1. Sugestões e experiências inovadoras: não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2. **Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.

3. **Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.

4. **Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.17. 16º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	16º OFÍCIO – PRR UAIRANDYR TENÓRIO DE OLIVEIRA
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Em matéria recursal e originária do MPF no âmbito do TRF da 5ª Região.
Municípios que compõem a área de atuação:	Estados: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2.1. Nome do Titular UAIRANDYR TENÓRIO DE OLIVEIRA	UAIRANDYR TENÓRIO DE OLIVEIRA
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	A substituição decorre da redução de 50% por conta de sua atividade de Coordenação da Unidade Descentralizada - 5ª Região da Corregedoria do MPF.
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	06/04/2004
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:  b) Carga horária e período:  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( X ) Qual?  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( ) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( ) NÃO ( X ) Especifique: Participa de Comissão de 2 (dois) PADs - CNMP
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Obs.: o PRR não atua como agente em tutela coletiva, razão porque o atendimento ao público é esporádico. Em todo o tempo de atividade no ofício, houve atendimento eventual de advogados, de pessoas da comunidade em razão de agravos e apelações interpostos e relacionados ao caso Muribeca e, ainda, contatos com outros agentes públicos (Advogados da União) em casos de atuação conjunta do MPF, em grau de revisão, em temas de grande relevância e repercussão patrimonial. Em caso positivo, especifique como é feito o registro: Lançamento no Sistema Único  <b>Em caso positivo, especifique como é feito o registro:</b>
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(CNMP)?	
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Obs.: o membro acumula a função de Coordenador da Unidade Descentralizada 5ª Região da Corregedoria do MPF Em caso positivo, específico o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: Férias: 27 de março de 2018 (um dia interrompido das férias gozadas em dezembro de 2017).
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento público?	No período de funcionamento externo da PRR, das 10h às 18h.
Estrutura de pessoal no gabinete:	01 Assessora Processual, 01 Secretária e 02 Estagiários.
Estrutura física do gabinete:	Antessala e gabinete privativo do PRR.
Sistema de arquivos:	Sistema Único e pasta do Sistema de Rede.
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Prejudicado. O PRR não atua como órgão agente em tutela coletiva.
Observações:	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS												
4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	1	3	6	6	3	4	0	4	2	4	8	0
2. Distribuídos no mês	9	54	40	24	31	24	33	27	32	41	34	0
3. Devolvidos no mês	7	51	40	27	30	28	29	29	30	37	42	0
4. Saldo do mês atual	3	6	6	3	4	0	4	2	4	8	0	0
5. Audiências judiciais/ TRF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF	Resolução n.º 100/2009 do CSMPF
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	0	1	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												
5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)												
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias: 0											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses: 0											



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais – <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	2 há menos de 30 dias
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	1 há mais de 30 dias, devidamente prorrogada
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
Critério de recebimento de feitos: distribuição automática e aleatória.		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Ações de improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), Crime do Decreto-lei nº 201/67, Crimes da Lei de Licitações (lei nº 8.666/93), Tutelas coletivas relacionadas ao meio-ambiente (carcinicultura e áreas de preservação		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

permanente), moradia (caso Muribeca).
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação
Sim. Naqueles definidos no âmbito da 2ª e 5ª CCRs (combate à corrupção ). Em relação à 4ª CCR (meio-ambiente), nas questões relacionadas à carcericultura.
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.
Prejudicado. Obs: Embora o PRR não atue de forma direta na tutela coletiva, no caso da comunidade do Residencial Muribeca, que envolve questão importante relacionada ao direito de moradia, em razão de agravos de instrumento e de apelações interpostas pela CEF e pela Caixa Seguradora, o membro interagiu com a comunidade interessada, mediante reuniões.
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses
Prejudicado
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.
Nas ações penais originárias, quando há a execução de penas em acórdão condenatório.
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses
Sim. Em fase recursal, priorizo as demandas em que afloram o interesse coletivo (patrimônio público, meio ambiente, direito à moradia). O caso do residencial Muribeca, em que existia risco de desabamento de prédios do tipo caixão, é um exemplo de uma prioridade estabelecida e que demandou e ainda demanda concentração de esforços na condução de vários questionamentos em agravos e apelações interpostos pela CEF e Caixa Seguradora.
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)
No caso Muribeca, em agravos movidos e relacionados à execução de sentença proferida em ação civil pública movida pelo MPF, para assegurar o direito à moradia em prédios residenciais tipo caixão, com risco de desabamento.
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração
Prejudicado.
<b>Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?</b>
Sim, Através de núcleos específicos (NUCRIM, no criminal), e NID, na tutela coletiva. Esse diálogo e interação também ocorrem de forma direta com colegas de primeiro grau.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7. DADOS COMPLEMENTARES			
Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: É preciso melhorar a instalação física e incrementar o número de servidores, ao menos assegurando mais um analista processual em cada gabinete.			
Experiências Inovadoras:			
Observações (Outras Atividades De Atuação): Recebeu o questionário de qualidade de vida e já o respondeu.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
(Preenchimento pela equipe de Correição)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
OBS.: Na data da correição, havia 3 notícias de fato e dois processos judiciais com vista ao membro correicionado. A vista era recente, com menos de 1 semana.			Regular.

**Constatações Específicas**

- Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.18. 17º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	Procuradoria Regional da República da 5ª Região
Atribuições do Órgão	Atuação em feitos cíveis e criminais submetidos ao segundo grau de jurisdição, conforme se deduz dos artigos 58 a 61 da Portaria 357, da Procuradoria-Geral da



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

<b>(Descrição e ato normativo)</b>	República.
Municípios que compõem a área de atuação:	Estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte e respectivos municípios.
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	Auristela Oliveira Reis (17º Ofício)
<b>2.2. Nome do Substituto</b> <b>(momento do preenchimento do termo)</b>	
2.3. O membro assumiu o órgão correicionado em:	<b>06.12.16</b>
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:  b) Carga horária e período:  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Qual?  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( X ) NÃO ( ) Especifique: Comissão de Gênero e Raça
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro: Lançamento no Sistema Único
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especifique o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: De 29.01. a 07.02.18 (10 dias de férias); e em 08 e 15.02.18 (02 folgas decorrentes de plantão)
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	Das 10 às 18 horas.
Estrutura de pessoal no gabinete:	02 estagiários, 01 Secretária e 01 Assessora.
Estrutura física do gabinete:	02 salas contíguas, uma para os servidores e estagiários, outra para o membro





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sistema de arquivos:	Arquivos gravados na rede, sendo esta acessível aos servidores/estagiários e ao membro. A pasta de sigilosos é reservada para o membro e servidores do gabinete.											
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Único											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	A atuação em segundo grau não costuma demandar a celebração de termos de ajustamento de conduta											
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	0	06	08	01	10	09	04	0	17	09	14	20
2. Distribuídos no mês	59	66	120	45	156	107	45	103	88	99	111	33
3. Devolvidos no mês	53	64	127	36	157	112	49	86	96	94	105	53
4. Saldo do mês atual	06	08	01	10	09	04	0	17	09	14	20	0
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	02	01	02	0	02	0	0	01	03	02	0	0
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	01	0	01	0	02	03	0	0	02	02	01	01
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	03	04	0	0	03	01	0	0	01	01	0	03
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b> <b>(preenchimento pela equipe de correição)</b>												



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):	
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
<i>Habeas corpus</i>	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais– <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1 entre 30 dias e 90 dias
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
Critério de recebimento de feitos: Distribuição aleatória e automática.		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Atuação na área de improbidade, e em feitos relativos a delitos de responsabilidade.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Sim, em alguns programas institucionais como o relativo ao Comitê de Gênero e Raça e de programas oriundos da 2ª e da 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão, na execução provisória das sanções cominadas a condenados em ações das quais o órgão ministerial federal participa.		
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.		
Não		
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses		
Prejudicado		
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.		
Sim, é feito o acompanhamento das ações mais importantes via a consulta processual da internet, envidando-se esforços no sentido de sempre agilizar o andamento de tais feitos.		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses

Prejudicado.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)

Não

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

As Câmaras de Coordenação e Revisão sempre enviam informativos a respeito dos temas ali tratados, expedindo enunciados que orientam a atuação dos membros nas suas respectivas áreas de atuação.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Sim, é possível por exemplo solicitar a distribuição antecipada de feitos urgentes ou que demandem especial atenção ministerial junto à Procuradoria-Geral da República, sendo relativamente comum tal distribuição nesta Regional, a pedido dos colegas do primeiro grau.

**7. DADOS COMPLEMENTARES**

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: É preciso melhorar a instalação física e incrementar o número de servidores, ao menos assegurando mais um analista processual em cada gabinete.

Experiências Inovadoras:

Observações (Outras Atividades De Atuação): Recebeu o questionário de qualidade de vida e já o respondeu.

Quanto à especialização das atribuições dos Ofícios, é favorável.

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

**(Preenchimento pela equipe de Correição)**

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
NF	1.05.000.000266/2018-58	05.06.2018	Regular. NF vencerá em 29.09.2018. Última movimentação consistiu na expedição de ofício em cumprimento a despacho datado em 15.08.2018.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ação penal	080.7510-09.2017.4.05.8100	07.06.2017	Regular. Entrada no gabinete do membro correicionado em 21.08.2018. Com vista para parecer em recurso criminal oferecido pela defesa em matéria de crime ambiental.
OBS.: na data da correição, não havia outros processos judiciais tampouco processos administrativos.			

**Constatações Específicas**

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- 4. Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.19. 18º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	Procuradoria Regional da República da 5ª Região – 18º Ofício
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Art. 47, incisos I ao V, da Portaria PGR/MPF Nº 357/2015 Art. 47. Aos Procuradores Regionais da República e aos Procuradores da República, no exercício de suas funções administrativas, compete: I - adotar providências administrativas para o bom andamento dos serviços no âmbito do respectivo gabinete; II - fixar o horário de trabalho dos servidores e estagiários lotados em gabinete, observadas as normas regulamentares; III - designar, quando solicitado, servidor para efetuar os registros pertinentes nos aplicativos de gerenciamento do Ministério Público Federal; IV - organizar e gerenciar as atividades administrativas do gabinete, observadas as normas específicas editadas sobre a matéria; e V - zelar pelo fiel registro de informações, das manifestações e da inclusão das íntegras das peças no sistema de informação oficial.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Municípios que compõem a área de atuação:	Municípios que compõem os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Sergipe.
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	MIÉCIO OSCAR UCHÔA CAVALCANTI FILHO
<b>2.2. Nome do Substituto</b>  (momento do preenchimento do termo)	
2.3. O membro assumiu o órgão correccionado em:	<b>20/04/1998</b>
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:  b) Carga horária e período:  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( x ) Qual?  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( ) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( x ) NÃO ( ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório: Com impedimento contra a União Federal, sendo o período incerto.
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não	SIM ( ) NÃO ( x ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

governamental?	
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Especifique: NAOP – NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL À PFDC DA 5ª REGIÃO
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especifique o órgão: 20º Ofício – Dr. Marcos Antônio da Silva Costa
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especificar período e motivo: 09/01/2018 a 07/02/2018 – Férias; 07/05/2018 a 18/05/2018 - Férias.
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	Inespecífico (manhã e tarde)
Estrutura de pessoal no gabinete:	Um assessor, um secretário e dois estagiários.
Estrutura física do gabinete:	Uma estação completa de trabalho para cada integrante, com ramais telefônicos para o PRR, assessor, secretário e os dois estagiários.
Sistema de arquivos:	Único



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	de Sistema Único											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Prejudicado											
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	–	28	29	34	34	42	65	69	71	68	58	48
2. Distribuídos no mês	84	77	105	61	134	83	85	131	125	112	85	128
3. Devolvidos no mês	56	76	100	61	126	60	81	129	128	122	95	125
4. Saldo do mês atual	28	29	34	34	42	65	69	71	68	58	48	51
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	0	1	3	2	1	1	1	1		1	2	2
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	3	3	7	7	10	8	1	11	7	11	3	2
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	6	13	8	5	8	15	5	7	7	10	9	11
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)</b>												
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:											





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	meses:		
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0	
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0	
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0	
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0	
	Fora do prazo para manifestação:	0	
Recursos cíveis em processos judiciais – <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0	
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0	
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0	
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0	
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0	
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0	
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0	
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0	
	Fora do Prazo:	0	
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0	
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0	
Critério de recebimento de feitos: Distribuição por sorteio e prevenção			
Observações:			
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>			
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses			



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Todos os temas, sem exceção, de atribuição do MPF
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação
Não
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.
Não
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses
Não
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.
Sim, através do SAPO5 (Sistema de Acompanhamento de Ações Penais Originárias da PRR5)
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses
Não se aplica.
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)
Operação Navalha (Proc. 0001193-60.2015.4.05.8500), que trata de combate ao crime organizado acerca de fraudes licitatórias, abrangendo vários estados da Federação.
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração
Não.
<b>Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuem nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?</b>
Sim. Por meio de contato direto entre os membros.
<b>7. DADOS COMPLEMENTARES</b>
Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:
Experiências Inovadoras: TELETRABALHO



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Observações (Outras Atividades De Atuação):			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
(Preenchimento pela equipe de Correição)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Agravo de instrumento	0811311-46.2018.4.05.0000	23.7.18	Contraminuta de agravo de instrumento Entrada no gabinete: 21.8.18
Apelação criminal	0000031-59.2017.4.05.8500	10.8.18	Parecer Entrada no gabinete: 21.8.18
Apelação criminal	0004031-08.2012.4.05.8200	15.8.18	Parecer Entrada no gabinete: 21.8.18
Inquérito policial	0000231-26.2015.4.05.0000	06.02.15	Possível promoção de incompetência Entrada no gabinete: 20.8.18
Apelação criminal	0008727-87.2012.4.05.8200	15.8.18	Parecer (minutado) Entrada no gabinete: 20.8.18
Agravo de instrumento	0801100-48.2018.4.05.0000	07.02.18	Interposição de recurso especial Entrada no gabinete: 17.8.18

**Constatações Específicas**

- Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.20. 19º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	GABPRR19 – ACVCBC – ANTONIO CARLOS DE VASCONCELLOS COELHO BARRETO CAMPELLO
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Não há especialização de Ofícios. Matéria geral.
Municípios que compõem a	Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

área de atuação:	
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	Antonio Carlos de Vasconcellos Coelho Barreto Campello
<b>2.2. Nome do Substituto</b> <b>(momento do preenchimento do termo)</b>	Prejudicado.
<b>2.3. O membro assumiu o órgão correccionado em:</b>	18/04/2013 (Portaria PGR nº 181, de 18/04/2013).
<b>2.4. Reside na comarca de lotação?</b>	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
<b>2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?</b>	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo especificar o curso:
<b>2.6. Exerce o magistério?</b>	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo: a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: P(X) b) Carga horária e período: P(X) c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) P(X) Qual? P(X) d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) P(X)
<b>2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?</b>	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório: (P)
<b>2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?</b>	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ: (P)
<b>2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?</b>	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Especifique: Representante da 5ª CCR e membro auxiliar da Corregedoria.
<b>2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito</b>	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	Em caso positivo, especifique como é feito o registro: (P)
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO (X ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada? (P)
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO (X ) Em caso positivo, específico o órgão: (P)
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO (X ) Em caso positivo, especificar: (P)
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM (X ) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: 1) Férias referentes ao exercício 2016.2: de 11 a 20/12/2017. 2) Férias referentes ao exercício 2017.1 nos seguintes períodos: de 15 a 24/01/2018 , de 25/01 a 03/02/2018 e de 30/04/2018 a 09/05/2018;; 3) Folgas compensatórias de plantão: dias 10 e 11/05/2018 (Portaria PRR5 nº 42 de 14/03/2018)
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	De 10h as 18h.
Estrutura de pessoal no gabinete:	Um membro, um assessor, uma secretária e dois estagiários.
Estrutura física do gabinete:	Compatível com o exercício das atribuições: Gabinete com antessala, computadores, impressoras, telefones etc.
Sistema de arquivos:	Via Sistema Único e rede interna (pastas de acesso comum entre membro, servidores e estagiários).
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Via Sistema Único e rede interna (pastas de acesso comum entre membro, servidores e estagiários).
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	(P) – Atuação no cível eminentemente na esfera recursal
Observações: -	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS<sup>1</sup>

4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	(P)	0	03	(P)	00	12	10	02	06	19	04	08
2. Distribuídos no mês	(P)	67	01	(P)	113	84	53	99	91	20	74	04
3. Devolvidos no mês	(P)	64	04	(P)	101	86	61	95	78	35	70	10
4. Saldo do mês atual	(P)	03	00	(P)	12	10	02	06	19	04	08	02
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	(P)	01	00	01	02	02	01	04	00	01	01	00
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	(P)	01	01	(P)	00	00	00	01	02	01	00	00
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	(P)	00	00	(P)	02	01	00	01	00	00	01	00

Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
(preenchimento pela equipe de correição)

Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0

<sup>1</sup> **OBSERVAÇÃO:** conforme orientado pelo Chefe da COJUD, Ricardo da Silva Araújo, para cada item (de 01 a 07) foram utilizados os seguintes relatórios, respectivamente: 1) “01 a 04”: (MPF) Fluxo de Processos no Gabinete (23873), emitido pelo Único; 2) “05”: Relatório DIAAS – Sessões realizadas em 2017, enviado por e-mail pelo chefe da COJUD; ; 3) “06 e 07”: Produtividade Judicial - por Grupo Estatística MPF/Área de Atuação (Analítico) (667), emitido pelo Único.

Ressalto que este PRR exerceu a função de Procurador Regional Eleitoral de Pernambuco até 30 de setembro de 2017, razão pela qual apenas foram considerados, neste Termo de Correição, os dados referentes às áreas de atuação” Cível e Criminal”, uma vez que a “Eleitoral” será objeto de informação pelo Gabinete Eleitoral.

Por fim, considerando que este PRR permaneceu, em alguns meses de 2017, no exercício da função exclusivamente eleitoral, o preenchimento de alguns itens restou prejudicado (P).



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais – <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 1	1
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação): 0	
	Fora do Prazo: 0	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
Critério de recebimento de feitos: POR DISTRIBUIÇÃO OU PREVENÇÃO		
Observações: NÃO		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Recursos em ações criminais (Responsabilidade de prefeito – DL 201/67; estelionato previdenciário etc); Recursos cíveis (improbidade administrativa; ACP meio ambiente etc)		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação

Prejudicado parcialmente – Atuação precipuamente recursal, com processos de iniciativa da primeira instância. Na atuação penal originária, procouro na medida do possível seguir as prioridades traçadas pelas CCR's do MPF

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.

Realização, na qualidade de Procurador Regional Eleitoral de Pernambuco, de várias palestras de aperfeiçoamento e encontros direcionados aos promotores eleitorais, imprensa e órgãos públicos (TRE, OAB etc), inclusive de promoção da maior participação da mulher na política;

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses

P

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.

P - Atuação precipuamente recursal.

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses

P- A PRR não tem atuação originária na tutela coletiva

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)

Atuação perante o TRE-PE em alguns casos relevantes referentes às eleições de 2016 e julgados no ano passado.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Procouro seguir as prioridades traçadas pelas CCR's do MPF

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Interação com colegas da primeira instância em relação a casos mais relevantes, mediante contato geralmente telefônico, com distribuição antecipada; preparação de memoriais e sustentação oral nas sessões. Da mesma forma, em relação aos colegas com atuação nas Cortes superiores.

7. DADOS COMPLEMENTARES

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:

Experiências Inovadoras:

Observações (Outras Atividades De Atuação):





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
(Preenchimento pela equipe de Correição)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Apelação Cível	0000290-54.2012.4.05.8201	26/07/2018	Ingressou no gabinete em 07/08/18 para oferta de parecer
Agravo de Instrumento	0808590-24.2018.4.05.0000	29/05/2018	Ingressou no gabinete em 08/08/18 para oferta de parecer
Agravo de Instrumento	0001335-82.2017.4.05.0000	27/11/2017	Ingressou no gabinete em 09/08/18 para oferta de parecer
Apelação Criminal	0000344-03.2015.4.05.8205	08/08/2018	Ingressou no gabinete em 15/08/18 para oferta de parecer
Apelação Cível	0801466-33.2015.4.05.8200	09/08/2018	Ingressou no gabinete em 15/08/18 para oferta de parecer
Notícia de Fato	1.26.004.000023/2018-50	19/01/2018	Ingressou no gabinete em 02/08/18. Foi expedido ofício facultando ao noticiado manifestar-se sobre a representação.

#### Constatações Específicas

- Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

#### Manifestação da unidade

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

#### 3.2.21. 20º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	PRR5-20º Ofício-MARCOS COSTA
Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)	Universal ( não há especificação)
Municípios que compõem a área de atuação:	Todos os que compõem a 5ª Região (Municípios dos Estados de Sergipe; Alagoas, Pernambuco; Paraíba; Rio Grande do Norte e Ceará)
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.1. Nome do Titular	Marcos Antônio da Silva Costa
2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	Prejudicado
2.3. O membro assumiu o órgão correccionado em:	11/06/2013
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( X ) NÃO ( ) Em caso positivo especificar o curso:
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada:  b) Carga horária e período:  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO ( ) Qual?  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( ) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO ( X ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Especifique: - Grupo de Trabalho de Tecnologia da Informação e Comunicação da 3ª CCR/MPF – GTTIC, membro e coordenador substituto (Brasília-DF) - Grupo de Trabalho da Dívida Pública da 1ª CCR/MPF, membro (Brasília-DF) - Subcomitê Estratégico de Comunicação Social do MPF, coordenador (Brasília – DF)
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro: ata ou registro de reunião.
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especifique o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso positivo, especificar período e motivo: férias regulamentares.
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	10:00 às 18:00



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Estrutura de pessoal no gabinete:	1 Assessora (CC4); 1 Secretário (FC2) e 2 estagiários.
Estrutura física do gabinete:	Gabinete e secretaria
Sistema de arquivos:	2 armários com pasta A-Z e arquivo digital
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	UNICO
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta e outros acordos:	Prejudicado

Observações:

#### 4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS

##### 4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	64	51	57	68	97	94	90	53	58	38	41	76
2. Distribuídos no mês	35	30	90	78	109	74	43	90	64	67	93	107
3. Devolvidos no mês	48	24	79	49	112	78	80	85	84	64	58	118
4. Saldo do mês atual	51	57	68	97	94	90	53	58	38	41	76	65
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	1	0	0	2	1	2	1	1	2	1	1	1
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	4	0	2	0	1	2	3	2	3	5	4	0
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	2	7	7	4	9	4	7	5	7	2	5	4

Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b> <b>(preenchimento pela equipe de correição)</b>		
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
<i>Habeas corpus</i>	No prazo para manifestação (02 dias):	1
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais– <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	1
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorias	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
	Fora do Prazo:	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	1

Critério de recebimento de feitos: Distribuição por sorteio ou prevenção

Observações: Recurso com vista a mais de trinta dias ainda com manifestação pendente em razão da complexidade. Procedimento investigatório criminal tramita desde 16.03.2018, estando no aguardo de cumprimento de diligências.

## 6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses

A atuação na PRR-5 é universal e atuamos em todos os tipos de processos, com ênfase em apelações criminais, apelações cíveis em ações de improbidade administrativa e ações civis públicas, etc, inclusive em operações.

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação

A atuação na PRR-5 é de caráter universal, em todas as áreas estratégicas.

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.

Quando possível, participar de eventos externos.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Não coordena projetos específicos.

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.

O acompanhamento é realizado via sistemas internos e em cada casos, adotando-se, por exemplo, as providências para a execução provisória da pena, nos casos de condenação em segunda instância.

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses

A atuação da PRR-5 é universal e recursal, com atuação tanto na esfera criminal como na civil.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)

Muitos dos casos possuem repercussão local, como, por exemplo, habeas corpus em casos de operações, etc.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

A interação com as CCRs ocorre por meio de encontros, reuniões temáticas, portal de informações, etc.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuem nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Ocorre por meio do contato em casos específicos e reuniões, quando necessário.

**7. DADOS COMPLEMENTARES**

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:

Experiências Inovadoras:

Observações (Outras Atividades De Atuação):

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

**(Preenchimento pela equipe de Correição)**

ESPÉCIE	NÚMERO DO	DATA DA	SITUAÇÃO DETECTADA
---------	-----------	---------	--------------------



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	PROCEDIMENTO	INSTAURAÇÃO	
PIC	1.05.000.000150/2018-19	16/03/2018	Em apuração - aguardando diligência (resposta de ofício)
Apelação cível	0000889-16.2009.4.05.8001 (AC 597724-AL)	13/12/2017	Entrada no Gabinete em 23/01/2018 - Caso complexo (18 apelantes, diversos convênios e diversos atos ímprobos e teses recursais)
HC	0812221-73.2018.4.05.0000	12/08/2018	Entrada no Gabinete em 21/08/2018 - Em análise para elaboração de minuta do parecer
Ação penal	00000225-11.2016.4.05.8204 (APE 315-PB)	24/05/2017	Entrada no Gabinete em 06/08/2018 - Minuta de promoção de declinação de competência em elaboração

#### Constatações Específicas

- Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

#### Manifestação da unidade

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

#### 3.2.22. 21º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região

1. DADOS GERAIS	
Órgão Correicionado:	PRR5ª Região
<b>Atribuições do Órgão</b> <b>(Descrição e ato normativo)</b>	A Procuradoria Regional da República da 5.ª Região (PRR-5), com sede no Recife (PE), é a unidade do Ministério Público Federal que atua perante o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF-5), a segunda instância do Poder Judiciário Federal.
Municípios que compõem a área de atuação:	Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.
2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	Duciran Van Marsen Farena





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	Prejudicado
2.3. O membro assumiu o órgão correccionado em:	28/07/2014
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso positivo especificar o curso: 3ª Jornada da Dívida Pública em Brasília, dias 23 e 24.11.2017.
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> ) Em caso positivo:  a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: UFPB- Universidade Federal da Paraíba.  b) Carga horária e período: 40 horas -7:10 - 8:40 seg/sex - 19:10 - 20:40 seg/sex  c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Qual?  d) Informou a Corregedoria Local? SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO ( <input type="checkbox"/> )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de Trabalho na Unidade?	SIM (x) NÃO ( ) Especifique: NAOP/GT Combate à tortura - PFDC
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM ( ) NÃO (x) Em caso positivo, especifique como é feito o registro:
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO (x ) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO (x ) Em caso positivo, especifique o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM (x) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar: Assessor Especial do NAI- Núcleo de Apoio Institucional no período de 10.04.18 a 25.04.18.
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM (x) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: Férias de 21 a 31.05.2018.
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	10:00 às 18:00.
Estrutura de pessoal no gabinete:	Assessora, Secretária de Gabinete e dois estagiários de direito.
Estrutura física do gabinete:	Sala do membro ministerial e ante sala da assessoria e equipe.
Sistema de arquivos:	Físico e majoritariamente virtual.
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta	Prejudicado.



**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

e outros acordos:												
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	25	61	50	39	49	96	75	81	72	92	92	76
2. Distribuídos no mês	133	91	31	92	146	118	80	64	121	113	117	17
3. Devolvidos no mês	97	102	42	82	99	139	74	73	101	113	133	38
4. Saldo do mês atual	61	50	39	49	96	75	81	72	92	92	76	55
5. Audiências judiciais/ Sessões TRF	1	1	-	2	2	1	1	1	2	1	1	-
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	1	7	1	3	5	3	7	1	1	3	9	3
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (preenchimento pela equipe de correição)</b>												
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 20 dias):											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias: 1											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses: 0											
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses: 0											
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias: 0											
	Com vista há mais de 6 meses: 0											
	Com vista há mais de 12 meses: 0											
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias): 1											



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais – <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público (órgão agente)	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	1
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 2	
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação): 0	2
	Fora do Prazo: 0	0
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	1
Critério de recebimento de feitos: Distribuição aleatória ou por prevenção.		
Observações: O procedimento investigatório criminal está sobrestado, com minuta de denúncia pronta, tendo em vista estar no aguardo de homologação de delação premiada pelo STF (Ministro Dias Tófoli), desde outubro de 2016.		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Improbidade administrativa, direito ambiental e criminal.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Não.		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.

Sim. Seminário “Defesa dos direitos indígenas na Região Nordeste”; inspeção nacional realizada pelo MPF pelo mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura e Conselho Federal de Psicologia nas comunidades terapêuticas.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses

Prejudicado.

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.

Sim, é feito acompanhamento das ações mais importantes via consulta processual na internet envidando-se esforços no sentido de sempre agilizar o andamento de tais feitos.

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses

Prejudicado.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social \* nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)

Sim. Operações Desumanidade e Veiculação, que tratam de combate à corrupção em Municípios do interior da Paraíba.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

As Câmaras de Coordenação e Revisão sempre enviam informativos a respeito dos temas ali tratados, expedindo enunciados que orientam a atuação dos membros nas suas respectivas áreas de atuação.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuem nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Sim. Atuação conjunta nas Operações Desumanidade e Veiculação e em demais casos nos quais essa interação se faça necessária.

**7. DADOS COMPLEMENTARES**

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público:

Experiências Inovadoras:

Observações (Outras Atividades De Atuação):

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

**(Preenchimento pela equipe de Correição)**

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
---------	------------------------	---------------------	--------------------



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Apelação Cível	0800004-52.2017.4.05.8400	2017	Chegada no gabinete em 07.08.2018-Minuta de parecer em andamento
Apelação Criminal	0808256-80.2017.4.05.8000	2017	Chegada no gabinete em 13.08.2018-Minuta de parecer em andamento
Notícia de Fato	1.05.000.000377/2018-64	12.07.2018	Prorrogado. Em análise para possível arquivamento
Notícia de Fato	1.24.000.000522/2018-51	30.05.2018	Sobrestado por 60 dias
Inquérito Civil Público	1.15.004.000264/2013-78	02.12.2013	Chegada no gabinete no dia 21.03.2018. Devolução para a primeira instância em andamento
PIC	1.24.003.000024/2015-36	03.02.2015	Chegada no gabinete em 21.09.2017. Sobrestado. Aguardando homologação de delação premiada pelo STF (Operação Desumanidade)

**Constatações Específicas**

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- 4. Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

**Manifestação da unidade**

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

**3.2.23. 22º Ofício da Procuradoria Regional da República da 5ª Região**

<b>1. DADOS GERAIS</b>	
Órgão Correicionado:	PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 5ª REGIÃO
<b>Atribuições do Órgão (Descrição e ato normativo)</b>	A Procuradoria Regional da República da 5.ª Região (PRR-5), com sede no Recife (PE), é a unidade do Ministério Público Federal que atua perante o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF-5), a segunda instância do Poder Judiciário Federal. Lei Complementar nº 75/93
Municípios que compõem a área de atuação:	Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.
<b>2. DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
<b>2.1. Nome do Titular</b>	FRANCISCO MACHADO TEIXEIRA



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.2. Nome do Substituto (momento do preenchimento do termo)	Procurador Regional da República Fernando José Araújo Ferreira
2.3. O membro assumiu o órgão correccionado em:	16/11/2014
2.4. Reside na comarca de lotação?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso negativo, especificar local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral:
2.5. Nos últimos 06 meses participou de cursos de aperfeiçoamento?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo especificar o curso: Eleições gerais de 2018 – Temas relevantes na atuação do MPE – ESMPU – 24 a 27.04.18
2.6. Exerce o magistério?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo: a) Especificar a entidade, inclusive se é pública ou privada: b) Carga horária e período: c) Exerce algum cargo administrativo? SIM ( ) NÃO (X) Qual? d) Informou a Corregedoria Local? SIM (X) NÃO ( )
2.7. Exerce a advocacia (Res. 16/2007 CNMP)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, informar período das atividades no escritório:
2.8. Participa de sociedade comercial ou organização não governamental?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, indicar razão social e CNPJ:
2.9. Participa de alguma Comissão ou Grupo de	SIM (X) NÃO ( )



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Trabalho na Unidade?	Especifique: - Comissão de Seleção de Estágio e - PJE
2.10. Há algum registro de atendimento ao público feito pelo Membro (atas, memória, temo, etc)?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, especifique como é feito o registro: Agenda física da secretaria deste gabinete.
2.11. Responde ou respondeu a procedimento administrativo disciplinar no âmbito interno (Corregedoria Local) ou externo (CNMP)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, se sofreu sanção, qual foi a penalidade aplicada?
2.12. Está respondendo cumulativamente por outro órgão (substituição)?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, especifique o órgão:
2.13. Nos últimos 06 meses recebeu colaboração/auxílio?	SIM ( ) NÃO (X) Em caso positivo, especificar:
2.14. Nos últimos 06 meses se afastou das atividades (férias, licença-prêmio, etc)?	SIM (X) NÃO ( ) Em caso positivo, especificar período e motivo: Férias regulamentares nos períodos de 08.01.2018 a 26.01.2018 e de 02.07.18 a 06.07.2018.
Observações:	
<b>3. EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Qual o horário do atendimento ao público?	Segunda à sexta, 10h às 18h.
Estrutura de pessoal no gabinete:	1 secretária, 1 assessora e 2 estagiárias
Estrutura física do gabinete:	Sala do membro ministerial e antessala da assessoria
Sistema de arquivos:	Físico e majoritariamente virtual
Sistema de registro de tramitação de processos/procedimentos:	Sistema Único
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de	Prejudicado





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

termos de ajustamento de conduta e outros acordos:												
Observações:												
<b>4. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>4.1. ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Jan 2017	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez 2017
1. Saldo do mês anterior	12	12	9	14	0	4	3	4	7	9	11	9
2. Distribuídos no mês	X	39	84	7	73	84	3	67	81	40	87	65
3. Devolvidos no mês	X	42	79	21	69	85	2	64	79	38	89	63
4. Saldo do mês atual	12	9	14	0	4	3	4	7	9	11	9	11
5. Audiências judiciais/ Sessões TRFX		1	1	X	2	2	X	2	2	1	1	X
6. Recursos Interpostos aos Tribunais Superiores	X	1	2	X	1	2	X	X	2	2	2	X
7. Recursos Interpostos ao Tribunal Regional	X	3	3	3	5	2	X	4	7	5	6	1
Observações: A) (item 1 + item 2 - item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).												
<b>5. EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
<b>(preenchimento pela equipe de correição)</b>												
Inquéritos policiais /Termos Circunstanciados de Ocorrência	Indiciado preso, fora do prazo (CPP: 5 dias; Entorpecentes: 10 dias; Economia Popular: 2 dias):	0										
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 30 dias:	0										
	Sem indiciado preso, com vista há mais de 6 meses:	0										



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Sem indiciado preso, com vista há mais de 12 meses:	0
Ações penais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Habeas corpus	No prazo para manifestação (02 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente preso:	0
	Fora do prazo para manifestação, estando o paciente em liberdade:	0
Mandados de segurança:	No prazo para manifestação (10 dias):	0
	Fora do prazo para manifestação:	0
Recursos cíveis em processos judiciais – <i>fiscal da ordem jurídica</i>	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público ( <b>órgão agente</b> )	<b>Com vista há mais de 30 dias:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 6 meses:</b>	0
	<b>Com vista há mais de 12 meses:</b>	0
Recursos Criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	
	Fora do Prazo:	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 dias (verificar a decisão fundamentada de prorrogação):	0
Critério de recebimento de feitos: Distribuição feita aleatoriamente ou por prevenção		
Observações:		
<b>6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
Informar quais são os principais temas tratados na Procuradoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses		
Improbidade administrativa.		
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação		
Não, pois atualmente (desde março 2018) está atuando como Procurador Regional Eleitoral.		
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses.		
Participa de palestras, notadamente na área eleitoral.		
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses		
Não.		
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento.		
Não, pois a matéria está afeta ao primeiro grau.		
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses		
Não, pois a matéria está afeta ao primeiro grau.		
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social * nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s)		
Não.		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração

Prejudicado.

**Há diálogo, interação e integração entre os membros do Ministério Público que atuam nas diversas instâncias jurisdicionais, conforme orienta a Recomendação nº 57/2017 do CNMP? Em caso positivo, de que forma isso ocorre?**

Sim, interagindo com os colegas de primeiro grau quando das manifestações recursais.

**7. DADOS COMPLEMENTARES**

Sugestões do Titular do Órgão do Ministério Público: Sugere a especialização das atribuições dos Ofícios, a exemplo da criação do Núcleo de Ações Penais Originárias, que existe em Brasília/DF.

Experiências Inovadoras: Nada a observar.

Observações (Outras Atividades De Atuação):

Recebeu o questionário de qualidade de vida e já o respondeu.

OBS.: os poucos processos judiciais e administrativos com vista ao membro correicionado, na data da correição, estavam regulares.

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

**(Preenchimento pela equipe de Correição)**

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Agravo de Instrumento	081027078.2017.4.05.0000-AG		Recebido em gabinete para manifestação em 20.08.2018
Apelação Cível	0001857-22.2016.4.05.9999-AC		Recebido em gabinete para manifestação em 08.08.2018
Inquérito Policial	DPF-PB-00324/2018		Recebido em gabinete para manifestação em 17.08.2018
Apelação Criminal	0004521-94.2007.4.05.8300-ACR		Recebido em gabinete para manifestação em 17.08.2018
Agravo de Instrumento	0804589-93.2018.4.05.0000-AG		Recebido em gabinete para manifestação em 17.08.2018
Apelação Cível	08044481-89.2015.4.05.8400-AC		Recebido em gabinete para manifestação em 16.08.2018



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### Constatações Específicas

- 1. Sugestões e experiências inovadoras:** não foram apresentadas sugestões e nem experiências inovadoras.
- 2. Considerações sobre o funcionamento da unidade:** as considerações de funcionamento constam no item 3.1.
- 3. Situação detectada:** não foram identificadas irregularidades.
- 4. Sugestões de encaminhamento:** já foram feitas as sugestões no item 3.1.

### Manifestação da unidade

Não foi encaminhada resposta específica referente a esse item pela unidade correicionada.

## 4. PROPOSIÇÕES PROVISÓRIAS

### 4.1. Corregedoria-Geral da República

**DETERMINAR** o acompanhamento do 4º Ofício da Procuradoria Regional da República em Recife pela Corregedoria-Geral do MPF, pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável, se necessário, pelo prazo de 6 (seis) meses, sem prejuízo da adoção de providências disciplinares, se entender cabíveis no curso ou após tal período, devendo considerar, dentre outros aspectos, especialmente os seguintes pontos da atuação funcional: a) regularização imediata dos processos judiciais com excesso de prazo; b) regularização imediata dos procedimentos administrativos com excesso de prazo; c) pontualidade nas manifestações; d) cumprimento das Resoluções do CNMP e observância da Portaria 291/2017 da Corregedoria Nacional.

### 4.2. Procuradores Regionais da República

**RECOMENDAÇÃO** aos Exmos. Procuradores Regionais da República para desenvolverem um sistema formal, preferentemente eletrônico, para o registro dos atendimentos que prestam para as partes, os advogados e eventuais interessados.

### 4.3. Procuradores da República no Estado de Pernambuco

Considerando a correição realizada na Procuradoria Regional da República da 5ª. Região, verificou-se que os Procuradores Regionais da República recebem autos de inquérito civil encaminhados pelos Procuradores da República, após estes ajuizarem as ações civis de improbidade administrativa na primeira instância e identificarem possível infração penal cometido por réu com foro privilegiado no Tribunal Regional Federal da 5ª. Região, a Corregedoria Nacional **RECOMENDA** aos Exmos. Procuradores da República que, ao ajuizarem as ações pertinentes na primeira instância e igualmente identificarem possível infração penal cometido por réu com foro privilegiado no TRF da 5ª Região, promovam o encaminhamento da notícia de crime como peças de informação aos Procuradores Regionais da República, com a respectiva baixa de arquivamento do inquérito civil.

### 4.4. Outros Encaminhamentos

Comunicação à Procuradoria-Geral da República para ciência sobre o pedido de parte dos membros correicionados para a especialização por atribuição dos Ofícios em Segundo Grau, especialmente para a racionalização da atividade ministerial e maior eficiência, de forma que tal medida não venha ocasionar distorção de volume processual entre os ofícios.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**5. OUTRAS MANIFESTAÇÕES DA UNIDADE**

**5.1. Manifestação da Procuradoria-Geral da República**

OFÍCIO nº4069/2018/SG  
Brasília, 7 de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA  
Corregedor Nacional do Ministério Público  
Conselho Nacional do Ministério Público  
Brasília-DF

Assunto: **Ofício nº 02388/2018/CN-CNMP**

Senhor Corregedor,  
Reporto-me ao Ofício nº 02388/2018/CN-CNMP (PGR-00672669/2018) para encaminhar a Informação nº 55/2018/ASTEC/SG (PGR-00682879/2018) com considerações acerca de proposições provisórias contidas nos Relatórios Preliminares de Correição Geral realizada na PR/PE e na PRR5ª Região.

Receba, Excelência, a expressão de meus sentimentos mais distintos.

*assinado digitalmente*  
ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS  
Procurador Regional da República  
Secretário-Geral

**Informação nº 55/2018/ ASTEC/SG**  
Brasília, 7 de dezembro de 2018.

**Assunto:** Relatórios Preliminares de Correição. PR/PE e PRR5ª Região.  
**Referência:** Ofício nº 02388/2018/CN-CNMP (PGR-00672669/2018)

Trata-se do Ofício nº 02388/2018/CN-CNMP (PGR-00672669/2018), em que o Corregedor Nacional do Ministério Público encaminha, para considerações e esclarecimentos que entender necessários antes de submissão ao Plenário do CNMP, Relatórios Preliminares de Correição Geral na Procuradoria da República no Estado de Pernambuco e na Procuradora Regional da República da 5ª Região.

Após análise do Parecer, observou-se a existência de proposições provisórias da Corregedoria Nacional que demandaram manifestação de áreas vinculadas à Secretaria Geral.

Assim, mediante o Despacho nº 551/2018 (PGR-00676569/2018) foram solicitadas às Secretarias a seguir relacionadas, de acordo com as suas respectivas áreas de atuação, manifestações quanto às seguintes proposições:

**I) Secretaria Jurídica e de Documentação-SEJUD:**

**Correição PR-PE. Recomendação** à Procuradoria-Geral da República, respeitada sua autonomia administrativa e financeira, para adotar providências iniciais, no prazo de 60 dias, para que o sistema de gestão processual passe a disponibilizar funcionalidades que permitam aos membros do Ministério Público controlar o prazo de ações tramitando fora da Procuradoria da República.

**II) Secretaria de Modernização e Gestão Estratégica-SGE:**

**Correição PRR5ª. Comunicação** à Procuradoria-Geral da República sobre o pedido de parte dos membros correicionados para a especialização por atribuição dos Ofícios em Segundo Grau, especialmente para a racionalização da atividade ministerial e



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

maior  
eficiência, de forma que tal medida não venha ocasionar distorção de volume  
processual entre os órgãos.

Em resposta, a SEJUD encaminhou o Despacho nº 13/2018 (PGR- 00681267/2018), em que comunicou a existência da funcionalidade "Gerenciador – Localizados fora do setor" no Sistema Único, que possibilita o controle do prazo de ações tramitando fora da Procuradoria da República. Sugere-se a leitura na íntegra do referido documento diante da explanação sobre a funcionalidade.

A SGE, por meio da Informação nº 8/2018/SGE, informou sobre a implantação do Projeto de Reestruturação de Competências das Unidades Judiciárias de 1º Grau da Justiça Federal da 4ª Região, bem como sobre o acompanhamento dessa implantação por parte da Secretaria-Geral, conforme cabe transcrever a seguir:  
[...]

3. Sobre a temática, a SGE tem a informar que está em fase de implantação, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Projeto de Reestruturação de Competências das Unidades Judiciárias de 1º Grau da Justiça Federal da 4ª Região: Especialização, Regionalização e Equalização das Cargas de Trabalho, que envolve mudanças e especializações de cargos, conforme áreas temáticas. O projeto tem por objetivo promover maior celeridade e produtividade jurisdicional, aprimorar a gestão da justiça criminal, impulsionar as execuções fiscais, promover melhoria da gestão de pessoas, aperfeiçoar a gestão de custos, instituir governança judiciária e melhorar a infraestrutura de governança e de tecnologia da informação.

4. Em 2018, as unidades do MPF sediadas no estado de Santa Catarina, onde a proposta está em fase de implantação como projeto-piloto, têm trabalhado para buscar soluções e adequações administrativas que possam atender aos desafios que a especialização de competência, a disponibilização física e a regionalização de cargos possam ocasionar tanto na Justiça Federal quanto no MPF. Até o momento, os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul e Mafrá já trabalham com o novo modelo em relação à distribuição de feitos, conforme áreas temáticas e/ou conforme localização física de cargos temáticos.

5. De forma proativa, a Secretaria-Geral do MPF demandou à SGE a produção de estudo técnico, com o apoio das demais Secretarias Nacionais envolvidas e das unidades afetadas, para que, juntos, possamos acompanhar a implantação e a execução dessa nova metodologia de trabalho do TRF 4ª Região e, assim, caso se comprove a vantajosidade do modelo, proponham, de forma abrangente e nacional, a revisão da forma de atuação do MPF em relação à distribuição, à especialização de cargos e à divisão da carga de trabalho na instituição.

6. Dessa forma, quando forem finalizados os estudos mencionados anteriormente, o pedido dos membros do Estado de Pernambuco será atendido, no que concerne à apresentação de uma proposta de modelo nacional.

Ante o exposto, sugere-se a expedição de ofício ao Conselho Nacional do Ministério Público com o encaminhamento da presente Informação e da Manifestação da SEJUD.

À consideração superior.

*assinado digitalmente*  
RAYZA MADLUM DE PAULA  
Assessora-Chefe da ASTEC/SG

**Despacho nº:** 13/2018

**Referência:** PGR-00676569/2018

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Senhor Secretário Jurídico Adjunto, em relação a solicitação de manifestação por parte desta SEJUD a respeito do item:

### 1) Secretaria Jurídica e de Documentação:

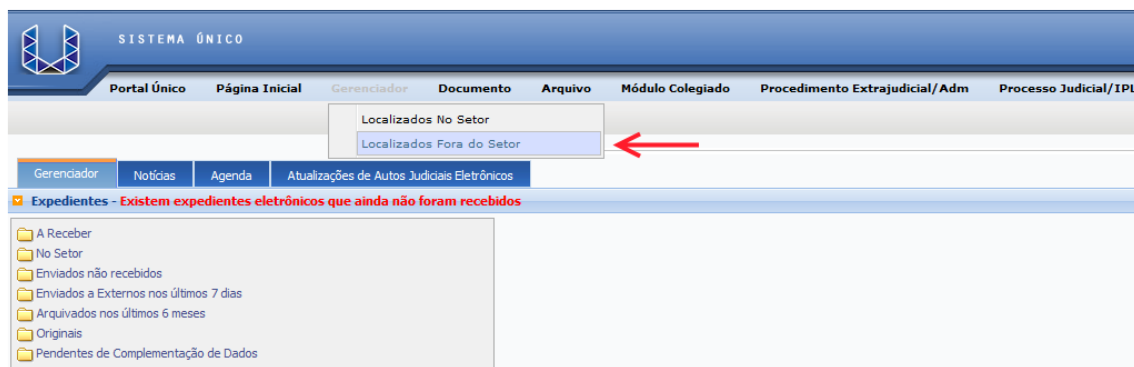
**Correição PR-PE.** Recomendação à Procuradoria-Geral da República, respeitada sua autonomia administrativa e financeira, para adotar providências iniciais, no prazo de 60 dias, para que o sistema de gestão processual passe a disponibilizar funcionalidades que permitam aos membros do Ministério Público controlar o prazo de ações tramitando fora da Procuradoria da República.

informa-se o que segue.

Em suma, trata-se de solicitação de desenvolvimento no sistema Único de funcionalidade que permita o controle de ações penais com trâmite na respectiva Seção Judiciária, conforme se extrai do relatório da correição do Conselho Nacional do Ministério Público no 1º ofício de Caruaru:

Com o oferecimento da denúncia, o membro correicionado informou que o sistema de gestão processual não disponibiliza ferramenta para controlar a tramitação da ação penal, para zelar pelo prazo razoável do processo, e, por isso, considerando a grande quantidade de ações penais ajuizadas torna se essencialmente difícil de realizar o controle sem o uso da tecnologia.

Diante disso, informa-se que no sistema Único há o Gerenciador Judicial de processos "Localizados fora do setor", disponível no caminho: Gerenciador > Localizados fora do setor, conforme imagem:



Ao se clicar nesse caminho é aberto Gerenciador de informação sobre os processos judiciais/inquéritos policiais distribuídos ao gabinete que estão localizados fora do seu setor, isto é, em regra, no Judiciário ou na Polícia Federal, no caso de inquéritos.

Nesse gerenciador há informação da quantidade de processos que estão nessa situação e filtros a serem utilizados para otimização da pesquisa, como por exemplo: órgão em que o processo está localizado, classe processual, prescrição e prioridade, conforme imagem.

Etiqueta	Órgão Julgador	Localização	Designação	Link
TRPS-000346-34.2013.4.05.0000-AGTR	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0002473-02.2013.4.05.9999-RECAPC	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0003883-68.2010.4.05.8300-APELREEX - urgente	1ª TURMA	JFPE - JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO		
TRPS-0003877-68.2012.4.05.8300-APELREEX	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0002418-82.2008.4.05.8300-APELREEX	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0000004-31.2012.4.05.8300-APELREEX - Eletrônico	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0001494-31.2012.4.05.0000-AGTR - Eletrônico	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0001580-11.2013.4.05.0000-AG - Eletrônico	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0001903-02.2013.4.05.9999-AC	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0001604-30.2013.4.05.0000-AG - Eletrônico	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0009517-07.2008.4.05.8300-APELREEX	1ª TURMA RECURSAL	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		
TRPS-0001995-08.2013.4.05.0000-AG - Eletrônico	1ª TURMA	TRPS - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO		

Além disso, na coluna à direita há links para se consultar a síntese de informação do processo, bem como para se consultar os andamentos do processo no sistema da Justiça, entre outros.

Dessa forma, entende-se que a recomendação do CNMP, decorrente da correição ordinária no âmbito da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, para que a Procuradoria-Geral da República disponibilize em seu sistema de gestão processual funcionalidade que permita aos membros do MPF controlar o prazo de ações





CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

tramitando fora da Procuradoria da República (p. 418 do relatório), encontra-se atendida com a mencionada funcionalidade do sistema Único "Gerenciador - Localizados fora do setor".

MAX LEONARDO DOMINGOS LOPES  
CHEFE

**5.2. Manifestação da Procurador-Chefe Regional da PRR - 5ª Região**

Ofício nº 237/2018/GPC/PRRR

(PRR5ª-00023840/2018)  
Recife (PE), 13 de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA  
Corregedor Nacional do Ministério Público  
Conselho Nacional do Ministério Público  
SAFS, Quadra 2 – Lote 3  
70070-600 Brasília (DF)

Senhor Corregedor Nacional,  
Acuso o recebimento do Ofício n.º 02382/2018/CN-CNMP, da lavra de Vossa Excelência, que encaminhou o Relatório Preliminar da Correição realizada nesta Procuradoria Regional da República da 5ª Região em agosto passado, e aproveito o ensejo que se apresenta para:

- 1) encaminhar o expediente anexo (ofício n.º 9/2018/GABPRR/APPAF), que relata atual situação que se encontra o 4º Ofício desta Unidade;
- 2) Informa que a CTIC e COJUD da PRR-5ª Região, em cumprimento ao determinado no Despacho nº 7076/2018, desenvolveu formulário padrão, já disponível no sistema Único – em fase de testes até o final do mês janeiro do ano vindouro -, que permite registro eletrônico dos atendimentos prestados pelos Membros às partes, aos advogados e a eventuais interessados, em atendimento à recomendação dessa Corregedoria constante do item 4.2 do citado relatório preliminar;
- 3) esclarecer que uma possível especialização por atribuição dos Ofícios nesta Regional, mencionada no Relatório de correição, já foi objeto de deliberação, por mais de uma vez, pelo Colegiado local da Procuradores Regionais, sendo sempre a proposta vencida; de toda a sorte, a Chefia da PRR-5ª Região submeterá novamente o assunto na próxima reunião do referido colegiado.

Atenciosamente,

MARCELO ALVES DIAS DE SOUZA  
PROCURADOR-CHEFE DA REGIONAL DA PRR 5ª REGIÃO

**6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CONSTANTES DO VOTO-VISTA DO CONSELHEIRO SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR**

CORREIÇÃO N° 1.00091/2019-00

Relator: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Procuradoria Regional da República da 5ª Região

**VOTO-VISTA**

1. Trata-se de Relatório Conclusivo de Correição Geral na Procuradoria Regional da República da 5ª Região – PRR-5, realizada em agosto de 2018 pela Corregedoria Nacional do Ministério Público.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2. Louvo, desde logo, o trabalho desenvolvido pelo órgão correicional e, de igual maneira, exalto sua intenção de contribuir, a partir das proposições contidas no relatório, ao aprimoramento das atividades desenvolvidas pela PRR-5.

3. Pedi vista dos autos com o objetivo de melhor analisar as conclusões elencadas no aludido documento de modo que, tendo-as avaliado, devolvo os autos para continuidade de seu julgamento.

4. As proposições sugeridas pela Corregedoria Nacional ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP foram as seguintes:

**[...] 6. PROPOSIÇÕES PARA O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**6.1. Corregedoria-Geral da República (sic)**

**DETERMINAR** o acompanhamento do 4º Ofício da Procuradoria Regional da República em Recife pela Corregedoria-Geral do MPF, pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável, se necessário, pelo prazo de 6 (seis) meses, sem prejuízo da adoção de providências disciplinares, se entender cabíveis no curso ou após tal período, devendo considerar, dentre outros aspectos, especialmente os seguintes pontos da atuação funcional: a) regularização imediata dos processos judiciais com excesso de prazo; b) regularização imediata dos procedimentos administrativos com excesso de prazo; c) pontualidade nas manifestações; d) cumprimento das Resoluções do CNMP e observância da Portaria 291/2017 da Corregedoria Nacional.

**6.2. Procuradores Regionais da República**

**RECOMENDAÇÃO** aos Exmos. Procuradores Regionais da República para desenvolverem um sistema formal, preferentemente eletrônico, para o registro dos atendimentos que prestam para as partes, os advogados e eventuais interessados.

**6.3. Procuradores da República no Estado de Pernambuco**

Considerando a correição realizada na Procuradoria Regional da República da 5ª. Região, verificou-se que os Procuradores Regionais da República recebem autos de inquérito civil encaminhados pelos Procuradores da República, após estes ajuizarem as ações civis de improbidade administrativa na primeira instância e identificarem possível infração penal cometido por réu com foro privilegiado no Tribunal Regional Federal da 5ª. Região, a Corregedoria Nacional RECOMENDA aos Exmos. Procuradores da República que, ao ajuizarem as ações pertinentes na primeira instância e igualmente identificarem possível infração penal cometido por réu com foro privilegiado no TRF da 5ª Região, promovam o encaminhamento da notícia de crime como peças de informação aos Procuradores Regionais da República, com a respectiva baixa de arquivamento do inquérito civil. [...]

5. Na intenção de subsidiar este voto-vista, enderecei o Ofício nº 57/2019/GAB/CSA ao Procurador-Chefe da PRR-5 (cópia anexa), dele solicitando informações atualizadas acerca do estágio de atendimento das conclusões do relatório em questão e, mais precisamente, sobre eventuais providências adotadas após o pedido de vista.

6. Adveio, daí, resposta do aludido Procurador-Chefe daquela Unidade, Marcelo Alves Dias de Souza, o qual encaminhou o Ofício nº 177/2019/GPC/PRR5 (cópia anexa), com o seguinte teor:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

[...] Acuso o recebimento do Ofício n.º 57/2019/GAB/CSA, da lavra de Vossa Excelência, que solicita informações atualizadas acerca do estágio de atendimento das conclusões do relatório da Correição realizada nesta Procuradoria Regional da República em agosto de 2018, e aproveito o ensejo que se apresenta para:

1) encaminhar anexo o Inventário Extraordinário do 4º Ofício desta PRR-5ª Região, datado de 22 de maio passado, dando conta da situação atualizada que o referido Ofício se encontra;

2) informar que o formulário desenvolvido internamente para o registro eletrônico dos atendimentos prestados pelos Membros às partes, aos advogados e a eventuais interessados, em atendimento à recomendação constante do item 4.2 do citado relatório, foi aprovado na fase de testes e desde então se encontra disponível no sistema Único, já tendo sido utilizado por este signatário, inclusive, em algumas oportunidades;

3) esclarecer que, não obstante inexistir especialização por atribuição de Ofícios nesta Regional (proposta nesse sentido já foi objeto de deliberação, por mais de uma vez, pelo Colegiado local de Procuradores Regionais, sendo sempre a proposta vencida), a PRR-5ª Região passou a adotar uma sistemática de distribuição que leva em conta cinco grupos de processos: *habeas corpus*, ações civis, inquérito e outros (*custos legis*), participando todos os PRRs dos cinco grupos de distribuição. [...]

7. Pontuo, diante desses esclarecimentos, a dedicação e o esforço dos Membros da PRR-5 no sentido de acatar as proposições apresentadas pela Corregedoria Nacional, conforme dão conta as informações prestadas pelo mencionado Procurador-Chefe.

8. De fato, no que se refere ao 4º Ofício da PRR-5, adotaram-se medidas efetivas para a regularização dos processos judiciais e extrajudiciais com excesso de prazo, do que fazem prova os documentos anexos, extraídos do Sistema Único<sup>2</sup> no dia 7/8/2019<sup>3</sup>.

9. Já no que diz respeito à recomendação para implementar sistema formal visando o registro dos atendimentos prestados às partes, advogados e outros interessados, aquela Unidade desenvolveu formulário respectivo no Sistema Único que, segundo informou a PRR-5, foi aprovado e encontra-se na fase de testes.

10. Tenho, então, que é o caso de aprovar o relatório conclusivo em análise, com a atualização das informações nele constantes e diante dos documentos juntados pelo Procurador-Chefe da PRR-5, para possibilitar, desde logo, sua apreciação pela Corregedoria Nacional.

11. Diante do exposto, encaminho voto pela aprovação do relatório em apreciação, com a inclusão das informações

---

<sup>2</sup> O Sistema Único é o software utilizado pelo Ministério Público Federal para tramitação de processos judiciais e procedimentos administrativos, dentre outras funcionalidades.

<sup>3</sup> Verifica-se, então, que no dia 7/8/2019, o 4º Ofício da PRR-5 possuía 1 (um) processo, 1 (um) procedimento administrativo e 7 (sete) inquéritos policiais sob sua responsabilidade (todos com prazos concedidos para prosseguimento da investigação policial).



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

a partir dos dados ora mencionados, de modo que passe a compor e integrar o relatório apresentado pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, sobretudo para que seja: apontado o cumprimento dos itens “a” e “b”, do item 6.1; registrado que a PRR-5 já iniciou providências e iniciou, inclusive, fase de testes no sentido de cumprir, integralmente, o item 6.2; levado em consideração o cumprimento do item 6.3, tudo para efeito de arquivamento subsequente.

É como voto.

Brasília-DF, 10 de setembro de 2019.

*(documento assinado por certificação digital)*

**SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR**  
Conselheiro

**7. PROPOSIÇÕES PARA O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

CONSIDERANDO que o Ministério Público é garantia constitucional de acesso à justiça (arts. 3º, 5º, § 2º, 127 e 129, todos da CR/1988), sendo fundamental o aprimoramento da sua atuação jurisdicional e extrajurisdicional visando à concretização e à efetivação dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais afetos às atribuições constitucionais da Instituição;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, notadamente em seu art. 37, caput, consagrou a eficiência como um dos princípios reitores da Administração Pública;

CONSIDERANDO os princípios, as diretrizes, os processos e os subprocessos de gestão de pessoas, bem como a governança, todos estabelecidos na Recomendação CNMP n.º 52, de 28 de março de 2017, que recomenda aos órgãos do Ministério Público brasileiro a implementação da Política Nacional de Gestão de Pessoas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação nº 57, de 05 de julho de 2017, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público nos Tribunais;

CONSIDERANDO o constante da Resolução CNMP n.º 147, de 21 de junho de 2016, que dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público e estabelece diretrizes para o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, das unidades e dos ramos do Ministério Público;

CONSIDERANDO o teor da Resolução CNMP nº 88, de 28 de agosto de 2012, que dispõe sobre o atendimento ao público e aos advogados por partes dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a propositura de acompanhamento pelas Corregedorias Locais tem fundamento no princípio da eficiência administrativa (art. 37 e art. 130-A, §2º, II, ambos da CF) e traduz a valorização da função orientadora e pedagógica das Corregedorias, nos termos consagrados na res. 149/2017 do CNMP;

CONSIDERANDO que o acompanhamento da unidade ou do membro configura medida saneadora e preventiva a ser adotada no âmbito da atividade executiva de correição ou inspeção, com o fim de assegurar a regularidade do serviço e a eficiência da atividade da unidade ou do membro, nos termos da Res. 149/2017 do CNMP;

CONSIDERANDO que a propositura do acompanhamento pelas Corregedorias Locais das Unidades se concentra nas hipóteses de verificação de irregularidades, ineficiências, e atrasos injustificados significativos nos serviços judiciais ou extrajudiciais por responsabilidade de membros ou servidores a ele vinculados;

CONSIDERANDO que a propositura do acompanhamento pelas Corregedorias locais das unidades do Ministério Público em referência reside nas circunstâncias de inconsistências verificadas e registradas por ocasião da correição de processos judiciais, inquéritos policiais, inquéritos civis públicos e/ou procedimentos extrajudiciais com



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

excesso de prazo e/ou desconformidade com a taxonomia e resoluções do CNMP, conforme apontamentos feitos nos termos de correição e respectivo relatórios. Com isso, torna-se plenamente eficaz o papel das Corregedorias locais em exercer uma função pedagógica e orientativa aos membros correicionados;

CONSIDERANDO que a propositura do acompanhamento funcional deriva de precedentes do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (PAD 4012016-70; - 2ª Sessão Extraordinária de 2017; PAD 1.00610/2016-32 – 19ª Sessão ordinária de 2017; RIEP 1.00135/2017-02 – 14ª Sessão Ordinária de 2017; Procedimento 426/2016-39 – correição extraordinária – 3ª Sessão Ordinária de 2017; Procedimento 439/2016-16 – correição extraordinária MPES – 15ª Sessão Ordinária de 2017; Procedimento 450/2016-78 – correição extraordinária MPMG – 3ª Sessão Ordinária de 2017; Procedimento 452/2016-67 – Correição Extraordinária MPMG – 3ª Sessão Ordinária de 2017; Procedimento 32/2017 - Correição Extraordinária MPPB – 4ª Sessão Extraordinária de 2017; Procedimento 428/2016-28 - Correição Extraordinária MPPE – 5ª Sessão Ordinária de 2017; Procedimento 461/2016-58 - Correição Extraordinária MPPI – 2ª Sessão Extraordinária de 2017; Procedimento 371/2014-03 – Correição Geral MPPE – 13ª Sessão Ordinária de 2015; Procedimento 239/2013-11 – Correição Geral MPAC – 13ª Sessão Ordinária de 2013; Procedimento 333/2016-12 – Correição Geral MPMG – 8ª Sessão Ordinária de 2017);

CONSIDERANDO a manifestação apresentada pelas unidades correicionadas;

CONSIDERANDO as informações e fundamentos constantes no voto-vista do Conselheiro Silvio Roberto de Oliveira de Amorim Junior, que passam a fazer parte integrante deste relatório;

### **7.1. Corregedoria-Geral da República**

**DETERMINAR** o acompanhamento do 4º Ofício da Procuradoria Regional da República em Recife pela Corregedoria-Geral do MPF, pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável, se necessário, pelo prazo de 6 (seis) meses, sem prejuízo da adoção de providências disciplinares, se entender cabíveis no curso ou após tal período, devendo considerar, dentre outros aspectos, especialmente os seguintes pontos da atuação funcional: a) pontualidade nas manifestações; b) cumprimento das Resoluções do CNMP e observância da Portaria 291/2017 da Corregedoria Nacional.

### **7.2. Procuradores Regionais da República**

**RECOMENDAÇÃO** aos Exmos. Procuradores Regionais da República para desenvolverem um sistema formal, preferentemente eletrônico, para o registro dos atendimentos que prestam para as partes, os advogados e eventuais interessados.

## **8. CONCLUSÃO**

Ao concluir este Relatório de Correição, cabe deixar consignada a total colaboração da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, no Estado de Pernambuco, para o bom êxito das atividades correicionais da Corregedoria Nacional, o que certamente facilitou a coleta de dados e a elaboração do presente relatório. Todos os membros, servidores e colaboradores dispuseram-se a fornecer as informações solicitadas e os meios materiais necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem qualquer objeção ou resistência, o que demonstra a disposição de enfrentar novos desafios e aperfeiçoar os processos internos.

A Corregedoria Nacional agradece o imprescindível apoio dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público e a inestimável colaboração, empenho e dedicação dos membros auxiliares e servidores do CNMP, sem os quais este trabalho não teria sido realizado.

Brasília/DF, 10 de setembro de 2019.

**ORLANDO ROCHADEL MOREIRA**  
Corregedor Nacional do Ministério Público